

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
INSTITUTO GOIANO DE PRÉ-HISTÓRIA E ANTROPOLOGIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DO
PATRIMÔNIO CULTURAL**



PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: UM CONVITE À LEITURA DO PATRIMÔNIO
CULTURAL DO MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS-GO.**

Kátia Cilene Camargo Silva

Orientador: Dr. Benedito Rodrigues dos Santos

Projeto de Gestão

Goiânia-GO

2007

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**



Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: UM CONVITE À LEITURA DO PATRIMÔNIO
CULTURAL DO MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS-GO.**

Kátia Cilene Camargo Silva

Orientador: Dr. Benedito Rodrigues dos Santos

Projeto de Gestão

Mestrado Profissional em Gestão do Patrimônio Cultural

Área de concentração: Arqueologia

Goiânia-GO

2007

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: UM CONVITE À LEITURA DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS-GO.

Kátia Cilene Camargo Silva.

BANCA EXAMINADORA

Data: ____/____/2007

Prof. Dr. Benedito Rodrigues dos Santos – UCG

Orientador

Prof^a. Dr^a. Márcia Bezerra de Almeida – SBA

Prof^a. Dr^a. Sibeli Aparecida Viana– UCG

Suplente:

Prof^a. Dr^a. Heliane Prudente Nunes – UCG

Dedico,

À minha mãe Silvia, a meu pai, Irineu (in memoriam), a meu esposo Flank, aos meus filhos Higor e Ana Alice e a toda minha família, pelo apoio depositado e por acreditarem nesta vitória.

Agradecimentos

A Deus ser supremo e mentor de toda sabedoria que me foi passada ao longo deste curso.

Ao Instituto Goiano de Pré- História e Antropologia – IGPA e seus funcionários.

Aos professores do Mestrado Profissional em Gestão do Patrimônio Cultural: Dr. Roque Laraia, Dr. Klaas Woortman, Dr. Arédio Teixeira, Dr. Emílio Fogaça, Dr. Paulo Jobim, Dr^a. Marlene Ossami, Dr^a. Sibebe Viana, Dr^a. Célia Corsino, pelo brilhante trabalho que desenvolveram, ao coordenador do mestrado Dr. Manuel Ferreira Lima Filho e aos funcionários do Ateneu Dom Bosco.

Agradecimento particular ao meu orientador, Dr. Benedito Rodrigues dos Santos, pela competência e à prezada professora Dr^a. Márcia Bezerra pela paciência e compreensão.

Aos colegas do curso de mestrado pelo compartilhar dos conhecimentos no processo de aprendizagem, em especial a Shirlene Prezotto pela amizade, companheirismo e luta empreendida conjuntamente.

A querida Etelvina, (Dona Morena), exemplo vivo de fé e perseverança, sempre a aconselhar nos momentos necessários.

Aos colegas de trabalho Manoel, Tiziano, Genecil, Eliana e Jairo pelo incentivo e colaboração na hora certa... Muito obrigada!

Ao meu esposo Flank pela força e aos meus queridos filhos, Higor e Ana Alice que não mediram esforços se fazendo sempre presentes, superando os vários momentos que me fiz ausente em suas vidas.

A todos que contribuíram de uma forma ou de outra para que essa vitória fosse alcançada.

A vocês, meus sinceros agradecimentos.

“(…) Não basta ensinar o analfabeto a ler. É preciso dar-lhe contemporaneamente o elemento em que possa exercer a faculdade que adquiriu. Ler o nosso patrimônio histórico e artístico é alfabetização”.

Mário de Andrade

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE GRÁFICOS

LISTA DE TABELAS

SUMÁRIO EXECUTIVO.....	13
1. APRESENTAÇÃO.....	16
1.1. Objetivo geral do programa.....	23
1.2. Objetivo específico do programa.....	23
2. JUSTIFICATIVA.....	24
3. REFERENCIAIS CONCEITUAIS RELEVANTES PARA A ELABORAÇÃO DO PROJETO.....	37
4. METODOLOGIA GERAL DO PROGRAMA.....	51
4.1. Eixos metodológicos.....	51
4.1.1. A metodologia da educação patrimonial.....	51
4.1.2. Pedagogia de projetos.....	53
4.1.3. Pesquisa-ação.....	56
4.2. Metodologia operacional.....	58
4.2.1. Construção de parcerias.....	58
4.2.2. Composição da equipe de coordenação geral do programa.....	59
4.2.3. Sensibilização e divulgação do programa.....	59
4.2.4. Capacitação dos professores.....	60
4.2.5. Ações do grupo tarefa pesquisa-ação.....	62
4.2.6. Sistematização e divulgação do programa.....	63
5. RESULTADOS ESPERADOS COM A REALIZAÇÃO DO PROGRAMA.....	64
5.1. Impacto com a não realização do Programa.....	65
5.2. Efeito Multiplicador.....	65
6. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROGRAMA.....	67
7. ORÇAMENTO.....	68

8. CRONOGRAMA DO PROGRAMA.....	69
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	70
10. APÊNDICES.....	75
APÊNDICE 01 Estrutura do Curso de Capacitação de Professores.....	76
APÊNDICE 02 Pesquisa de campo.....	90

LISTA DE FIGURAS

FOTO 1 - Casa em estilo Art Déco.....	21
FOTO 2 - Palácio da Cultura, patrimônio histórico de Anápolis desde 1991.....	21
FOTO 3 - Coreto da Praça James Fanstone, em estilo Art Déco.....	21
FOTO 4 - Museu Histórico Alderico Borges Carvalho.....	21
FOTO 5 - Fiandeiras e tecelões da Associação Cultural e Artística de Anápolis.....	22
FOTO 6 - Fiandeiras e tecelões da Associação Cultural e Artística de Anápolis.....	22
FOTO 7 - Orquestra de Violeiros de Anápolis.....	22
FOTO 8 - Orquestra de Violeiros de Anápolis.....	22
FOTO 9 - Festival de Catira em Anápolis.....	22
FOTO 10 - Festival de Catira em Anápolis.....	22
FIGURA 1 - Objetos escolares.....	50
FIGURA 2 - Prontuário de alunos.....	50

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Grau de preparo dos educadores para trabalhar com o tema patrimônio nas escolas municipais de Anápolis.....	28
GRÁFICO 2 - Interesse dos educadores em trabalhar o tema patrimônio cultural nas escolas municipais de Anápolis.....	28
GRÁFICO 3 – Grau de conhecimento dos educadores das escolas municipais sobre o patrimônio cultural de Anápolis.....	29
GRÁFICO 4 – Execução de projetos e atividades sobre o patrimônio nas escolas.....	105
GRÁFICO 5 - Relação entre patrimônio e temas transversais de acordo com os educadores das escolas municipais de Anápolis.....	106

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Formação acadêmica dos educadores.....	93
TABELA 2 - Especialização dos educadores.....	94
TABELA 3 - Distribuição das disciplinas trabalhadas pelos educadores.....	95
TABELA 4 - Distribuição dos turnos trabalhados pelos educadores.....	96
TABELA 5 - Elementos identificados no conceito de patrimônio.....	97
TABELA 6 - Elementos identificados no conceito de cultura.....	98
TABELA 7 - Relação apontada entre educação e cultura.....	99
TABELA 8 - Elementos apontados como patrimônio cultural de Anápolis.....	101
TABELA 9 - Material de apoio para trabalho com o tema patrimônio.....	107

RESUMO

O projeto propõe a implantação do Programa de Educação Patrimonial nas escolas da rede pública municipal de ensino de Anápolis, tendo como principal objetivo disseminar conhecimento e informação sobre o patrimônio cultural e sua apropriação pelas comunidades escolares e locais através de ações educativas planejadas de acordo com as metodologias da Educação Patrimonial, Pedagogia de Projetos e Pesquisa-ação. A pesquisa realizada com os educadores da rede revelou o desconhecimento da temática do patrimônio cultural no lócus escolar, nas práticas pedagógicas e no currículo básico, evidenciando a necessidade da implantação deste Programa de Educação Patrimonial. Referências conceituais como a de patrimônio cultural, educação patrimonial, educação, cultura, cultura material escolar, temas transversais foram utilizado para a elaboração do Projeto e do curso de capacitação dos professores a ser ministrado por especialistas e profissionais da área. A capacitação docente é essencial para que os educadores se percebam como aprendizes, sintam-se verdadeiramente alfabetizados culturalmente, a fim de lerem o mundo e ensinarem tais leituras aos seus alunos, leitura esta que preze valores pelas raízes culturais que fazem parte da nossa história.

Palavras- chave: Programa de Educação Patrimonial - Patrimônio Cultural - Educação Cultura - Capacitação - Transversalidade.

ABSTRACT

The Project proposes the introduction of the Heritage Education Program at schools of Anapolis system of public education, having as the main goal to disperse knowledge and information about Heritage Culture and its insertion through the educational communities and places through educational movements accordingly to the methodology of the Heritage Education, Education Projects and Action search. The research done with the systems educators showed the lack of knowledge of the subject matter of heritage culture in the school environment, in the educational practice and on the basic resumé, showing the need of the introduction of this Heritage Education Program. Referral concepts as of the heritage cultural, heritage education, education, culture, school material culture, transverse subjects were used for the conception of the Project and of the habilitation course of the teachers to be ministrated by specialists and professionals of the area. The habilitation of educational body is essential so the educators see themselves as apprentices, feel as they were genuinely culturally taught, in order to read the world and teach such readings to their students, this reading which praises the values of the cultural roots that are part of our history.

Key words: Heritage Education Program – Heritage Cultural – Education and culture – Habilitation – Transverse.

SUMÁRIO EXECUTIVO

*Programa de Educação Patrimonial
Educação Patrimonial: um convite à leitura do
patrimônio cultural do município de Anápolis- GO.*

O presente projeto visa à implantação de um Programa de Educação Patrimonial nas escolas da Rede Municipal de Ensino de Anápolis, promovendo conhecimento, (re) conhecimento e apropriação do patrimônio cultural por parte da sociedade.

Justificativa

O Programa de Educação Patrimonial foi pensado com propósito de buscar soluções por meio de ações educativas, que possam reverter o quadro de pouco conhecimento e ausência de discussões da temática Patrimônio Cultural nos currículos escolares, na prática pedagógica dos professores e no cotidiano escolar das escolas da Rede Municipal de Ensino de Anápolis. Esta problemática revelou-se em pesquisa de campo realizada com este objetivo.

Conhecer, (re) conhecer, valorizar e preservar o patrimônio cultural é compreender o universo sociocultural, participar da historicidade que está inserido, elevar a auto-estima, exaltar saberes e fazeres, participar dos direitos e deveres de cidadania e fortalecer a identidade cultural local, regional e nacional de um povo.

Objetivo

Promover no *lócus* escolar municipal o conhecimento acerca de informações sobre o patrimônio cultural, bem como sua apropriação por parte dos educadores, educandos e comunidades escolares na sensibilização da importância de se preservar os bens culturais materiais e imateriais.

Finalidade

Realizar como ação chave do Programa, a capacitação de professores multiplicadores e sensibilizadores, no desenvolvimento de ações educativas e de práticas pedagógicas no lócus escolar, numa perspectiva interdisciplinar e transversal, envolvendo metodologias da Educação Patrimonial, da Pesquisa-ação e de Projetos no resgate e valorização do patrimônio material e imaterial do município de Anápolis, fortalecendo a identidade cultural local e a cidadania.

Resultados esperados

- ❖ Interação do universo escolar, da população e da educação patrimonial nas ações e atividades voltadas às questões do patrimônio cultural.
 - ❖ Inserção da educação patrimonial e projetos nos currículos escolares, através dos Temas Transversais.
 - ❖ Participação ativa das escolas, dos educadores, dos educandos e da comunidade local nas políticas educacionais e culturais da cidade.
 - ❖ Reconhecimento da importância de se conhecer, apropriar para preservar o patrimônio cultural e a identidade cultural.
 - ❖ Melhoria da qualidade de vida e auto-estima dos cidadãos, despertando atitudes de cidadania e respeito à diversidade cultural.
 - ❖ Incentivo e investimento para multiplicação do programa contribuindo no desenvolvimento da responsabilidade social e cívica.
-
-

Impactos com a não realização do projeto

Acredita-se que, com a não realização do projeto aumentarão consideravelmente os impactos negativos, fortalecendo ainda mais:

- ⇒ o desconhecimento do patrimônio cultural, dando margem em muitos casos a atitudes de vandalismo (depredações, pichações, destruições de bens públicos), desvalorização e insatisfação em ter que preservar o patrimônio;
- ⇒ a exclusão social e cultural;
- ⇒ o desrespeito pela diversidade cultural;
- ⇒ a morosidade no reconhecimento da identidade cultural;
- ⇒ tendência a permanecerem práticas pedagógicas engessadas em metodologias tradicionais, disciplinares, cumpridoras de um currículo determinado.

Recursos necessários

O projeto será encaminhado ao Conselho Municipal de Educação de Anápolis para as devidas apreciações e, sendo aprovado como projeto institucional de ensino, receberá apoio financeiro parcial da Secretaria Municipal de Educação, que possui recursos destinados a projetos dessa natureza. Posteriormente, mediante ofícios e apresentação do projeto, partiremos para parcerias entre instâncias federais, estaduais e municipais, universidades e empresas que demonstrarem interesse e vontade política e cultural pela temática patrimônio cultural.

1 APRESENTAÇÃO

O presente projeto objetiva a implantação de um Programa de Educação Patrimonial na Rede Municipal de Ensino de Anápolis. Este insere-se na perspectiva de que o (re)conhecimento e valorização do Patrimônio Cultural, por meio da Educação Patrimonial, é muito mais do que um recurso de ensino, parte constitutiva da construção da identidade e do sentido de cidadania de um povo, de uma nação.

A Educação Patrimonial vem sendo realizada por intermédio de várias metodologias e em vários âmbitos e contextos como, por exemplo, museus, sítios arqueológicos, turismo, parques naturais. Neste projeto, esta ocorrerá no *lócus escolar*, com educadores e educandos da Educação Infantil e Ensino Fundamental. A escola constituiu-se em um *lócus privilegiado* para realização da Educação Patrimonial, pois segundo Bourdieu esta não fornece apenas indicações, mas “define itinerários”, fornece um programa de pensamento que “produz sentido” e, mais do que transmitir saberes, ela assegura a modificação do *habitus* (Bourdieu, 1999, p. 208-212).

Do ponto de vista metodológico este projeto se apoiará na pesquisa-ação para descobrir formas de inserir a Educação Patrimonial nos chamados temas transversais da escola e fazer com que estes temas sejam incorporados no cotidiano e na cultura acadêmica escolar. Os chamados temas transversais têm se apresentado como um caminho frutífero para se enfrentar o desafio de realizar a Educação Patrimonial nas escolas. Atualmente, segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), estes temas encontram-se assim divididos: Ética, Saúde, Meio Ambiente, Sexualidade, Pluralidade Cultural e mais recentemente Trabalho e Consumo. Neste Projeto, a Educação Patrimonial será abordada sob a ótica da Pluralidade Cultural, Meio Ambiente e Ética.

A inserção dos temas transversais no cotidiano da vida escolar é, contudo desafiadora. Esta exige mudanças nas práticas escolares, não somente didático-pedagógicas, mas também conceituais e de procedimentos sobre o ato de educar, tendo como condição fundamental a renovação do ensino, em decorrência das dificuldades e resistências por parte de alguns professores, cujas práticas refletem sua formação tradicional. Por essas razões é que um dos eixos metodológicos deste Projeto é a

pesquisa-ação. Pesquisar soluções para se trabalhar de maneira significativa os temas sociais urgentes, não com o intuito de apontar fórmulas, dar receitas prontas, mas de buscar visualizar e identificar por meio de experiências que concretizarão as possibilidades e limitações de aplicabilidade da transversalidade.

Embora se entendam as razões dessas resistências, à inclusão dos temas transversais, a mudança de *habitus* faz-se necessária na contemporaneidade. A escola deve caminhar para tais transformações, começando pela maneira com que trata conteúdos tradicionais e transversais. Ao invés de permanecer com a rígida matriz curricular, deve-se estabelecer uma relação intrínseca, aliando as disciplinas curriculares à construção da cidadania, democracia, respeito às pessoas, ao meio ambiente, ao patrimônio. Por sua vez a transversalidade só faz sentido dentro de uma concepção interdisciplinar do conhecimento onde conteúdos tradicionais e temas transversais se integram.

O emprego da metodologia de educação patrimonial juntamente com a de projetos possibilita a preservação desta especificidade interdisciplinar e transversal. A ação chave na implementação deste Projeto será o curso de capacitação de multiplicadores - a formação dos professores da Rede Municipal de Ensino de Anápolis, que trabalham com Educação Infantil e Ensino Fundamental, e por acreditarmos na Educação Patrimonial como um instrumento importante de promoção e vivência da cidadania. Além disso, as metodologias referendadas empregam o uso da própria cultura material escolar, visita a bens patrimoniais, participação em eventos de tradições culturais, interpretação dos bens culturais, gerando nos indivíduos uma responsabilidade na busca de conhecimentos e formação de consciência cultural coletiva, oriundas desta interação entre escola e comunidade.

Neste sentido, a cidade de Anápolis, que completa 100 anos, tem muito a contribuir com as ações educativas do curso de capacitação e com todo o processo ensino-aprendizagem, enriquecendo os estudos dos professores e alunos com seu patrimônio tangível e intangível, com sua rica arquitetura Art Déco que precisa ser preservada, uma vez sendo reconhecido até o momento como patrimônio histórico por lei municipal, apenas nove monumentos, ficando de fora grande parte dessa arquitetura, como bem nos coloca o historiador Jucelino Polonial:

Neste momento em que se comemoram os 100 anos da cidade, pouco se sabe sobre o estilo Art Déco local, e que, em Anápolis está representado no Mercado Municipal "Carlos de Pina", na Estação Ferroviária, no Coreto da Praça

James Fanstone, no Palácio Cultural e no antigo Fórum de Anápolis. Portanto, é necessário que se preserve esse patrimônio arquitetônico. É preciso que valorizemos a história de Anápolis. Pelo menos legalmente, parte da arquitetura Art Déco está tombada e é patrimônio histórico municipal, no entanto outros prédios não estão protegidos e isso pode representar um perigo para a memória dos anapolinos, principalmente nesse momento marcante para a história de Anápolis.(2007, p.50).

Estes bens patrimoniais de Anápolis, somados aos saberes e fazeres do povo anapolino, ou melhor, ao patrimônio intangível, encontram-se ainda desconhecidos pela maioria dos professores da rede municipal de ensino, como mostra a pesquisa de campo alencada no apêndice 2 deste projeto. Portanto aos nossos olhos, além de serem fontes históricas, são também recursos de ensino relevantes, na perspectiva da Educação Patrimonial, que propomos trabalhar, pois

Anápolis, como todo Brasil, é uma terra formada à partir de uma híbrida genética, caracterizando uma formação cultural cosmopolita, efervescência de manifestações culturais, raças, credos, tipos, linguagem, gastronomia, ritos, músicas, artes etc¹.

O patrimônio intangível anapolino vem conquistando espaço considerável, através de importantes eventos e projetos culturais realizados pelas secretarias municipais de Cultura, Turismo e Educação de Anápolis. Como exemplo citamos a “*Orquestra de Violeiros*”, fundada em 1974, por Carmem Lúcia Falluh, que tem por objetivo resgatar a essência da música sertaneja e de raiz, revelando os novos talentos da cidade. A orquestra conquista espaços com as apresentações realizadas no Centro de Convenções de Goiânia, no Palácio das Esmeraldas, nos eventos culturais de Anápolis e no Estado de Goiás, chegando a participar do Encontro dos Violeiros do Centro-Oeste, realizado em Goiânia.

A secretária municipal de Educação e Cultura de Anápolis, Marisa Espíndola, ressalta que eventos dessa natureza é uma oportunidade aos músicos e contadores de causos revelarem seus trabalhos para os apreciadores destas formas de arte popular, sendo que considera a cidade um berço da música raiz, concentrando as mais tradicionais manifestações da cultura de nossa região nas modas de viola e nos causos contados pelos artistas anapolinos.

Outro importante evento que tange o patrimônio imaterial é o “*ENCOA- Encontro Nacional de Corais de Anápolis*”, reunindo grupos oriundos de vários pontos do Brasil. Contamos também com “*O Festival de Inverno*”, evento que reúne atividades culturais, encontros gastronômicos e feiras de produtos artesanais dos artistas anapolinos, exaltando

¹ MARQUES, Myriam. Anápolis. *Centenário Magazine*, Goiânia, V.1,2007.

seus fazeres e saberes, fortalecendo os bens culturais imateriais da cidade. Um evento que também reflete este patrimônio é “*O Festival de Catira*”, sendo tradição em Anápolis, com finalidade de divulgar nossa história, cultura, costumes e tradições, estimulando os jovens a conhecer, apreciar e valorizar a dança e a moda de viola, ou seja, bens culturais imateriais do nosso município e demais regiões. Ainda, “*O Festival Nacional de Folclore e Artes Tradicionais de Anápolis*”, que objetiva interagir tradições e propagar a cultura nacional, através de grupos folclóricos de vários estados brasileiros e alguns países latinos, promovendo assim, maior conhecimento da comunidade anapolina sobre a diversidade cultural brasileira.

É importante também destacar como patrimônio intangível a tradição do trabalho realizado pelas fiandeiras e tecelãs da ACAA (*Associação Cultural e Artística de Anápolis*). Segundo informações da artista plástica Zeneide Lucena e da tecelã Cecília Espíndola, integrantes da associação, a tecelagem em Anápolis existe desde a vinda dos colonizadores. Tão antiga quanto à história da humanidade, tanto é que não existe o nome de quem inventou nem o tear nem a roda de fiar, resumindo é milenar. Em Anápolis, desde o início da sua história, já se falava nas fiandeiras e nas tecelãs. Sendo que, em 1982, a Sra. Maria Valadão, então 1ª Dama do Estado, construiu e implantou o Centro de Tecelagem de Anápolis, onde estas mulheres até hoje se reúnem para fazer mutirões de fiação, que é uma tradição, e diariamente pode-se encontrar as tecelãs trabalhando em seus teares neste centro que é a sede da ACAA.

Consideramos oportuno no momento, evidenciar também os monumentos considerados patrimônios históricos de Anápolis e seus respectivos tombamentos pelo município:

Em 1984, pela Lei n 025, o Mercado Municipal Carlos de Pina; em 1991, a Lei n 1824, definiu como patrimônio histórico a Estação Ferroviária, o Museu Alderico Borges de Carvalho, o prédio da Escola de Artes Osvaldo Verano e o prédio da Diretoria de Cultura; em 1997, pela Lei n 25.511, foi tombado o Morro da Capuava; em 2003, pela Lei n 2952, a Casa de JK e em 2005, pela Lei n 3.171, os prédios do Colégio Estadual Antesina Santana e da sede do Colégio Couto Magalhães, considerados também como patrimônio histórico municipal (2007, p.51).²

Clarificando ainda a visão referente a este projeto, mister se faz acrescentar que a sua estrutura é composta de dez seções, a saber: a primeira, trata dos objetivos gerais e

² Retirado do jornal *O Centenário* - Ano 3, n° 13- março de 2007- Anápolis-GO.

específicos a serem alcançados pelo Programa. Na segunda seção justifica-se mais detalhadamente a necessidade de se implantar o Programa de Educação Patrimonial nas escolas municipais de ensino de Anápolis, aludindo-se a algumas experiências de projetos e programas de Educação Patrimonial que têm sido realizados no âmbito escolar, em museus, turismo, meio ambiente, sítios arqueológicos, parques naturais que subsidiaram o delineamento do Programa que pretende, em cima dos resultados, buscar seu diferencial em aspectos inovadores dentro da escola como *locus* privilegiado para a realização deste Programa de Educação Patrimonial. Na terceira seção apresentam-se conceitos teóricos metodológicos relevantes que darão suporte ao Projeto tais como: patrimônio cultural, legislação, preservação, educação e cultura, educação patrimonial, temas transversais, cultura material escolar que estarão norteando todo o desenvolvimento das atividades propostas no programa. Na quarta seção detalha-se a metodologia geral do programa. Nas seções subseqüentes, de 5 a 10, projetam-se os resultados esperados com sua realização, os impactos caso não seja realizado, o efeito multiplicador, o processo de avaliação, a previsão orçamentária, a composição das equipes e parcerias representativas.

Para fundamentar a necessidade de implantação deste Programa, realizou-se a pesquisa “Educação Patrimonial e a Preservação da Memória: proposta de gestão para Secretaria Municipal de Educação, Ciência, Tecnologia, Esporte e Cultura de Anápolis”, onde se aplicou questionário a 85 professores da Rede Municipal de Ensino de Anápolis que trabalham com alunos da Educação Infantil e Ensino Fundamental; entrevistou-se a secretária municipal da Educação e Cultura, o diretor do museu histórico da cidade e presidente do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico de Anápolis, a superintendente da 14ª Superintendência Regional do IPHAN em Goiânia, a pesquisadora e bolsista do IPHAN/UNESCO de Goiânia, também foram feitas visitas técnicas a outras secretarias municipais como turismo, meio ambiente, cultura e comunicação, espaços culturais como museus, escola de artes, dança, música e teatro de Anápolis; Secretaria Municipal de Educação de Goiânia; Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás, visitas a alguns lugares de memória de Anápolis, Pirenópolis, Cidade de Goiás e Goiânia a fim de fortalecer a pretensão de intervenção no problema detectado durante pesquisa de campo nas escolas municipais de Anápolis, ou seja, conhecimento limitado do tema patrimônio cultural no *locus* escolar. Pela significância algumas transcrições de entrevistas foram apenas a este Projeto, na seção apêndice 2.

Espera-se que o investimento neste Projeto traga benefícios às comunidades escolares e locais, viabilizando uma educação intercultural com princípios orientadores, teóricos e práticos de relações culturais e étnicas, permeadas por relações de poder. Além dessas vantagens de defesa de interesses comuns, os investidores estarão contribuindo para o desenvolvimento da responsabilidade social e cívica, repercutindo na mudança de *habitus* que se faz necessária.

FOTO 1 Casa estilo Art Déco - Anápolis



Foto: Viviane Louza

FOTO 2 Palácio da Cultura



Foto: Viviane Louza

FOTO 3 Coreto da Praça James Fanstone,
em estilo Art Déco - Anápolis



Foto: Viviane Louza

FOTO 4 Museu Alderico Borges Carvalho



Foto: Acervo do museu

FOTO 5

Foto: Cecília Espíndola



FOTO 6

Foto: Cecília Espíndola



Fiandeiras e tecelões da Associação Cultural e Artística de Anápolis

FOTO 7

Arquivo- Sec. da Cultura



FOTO 8

Arquivo- Sec. da Cultura



Orquestra de Violeiros de Anápolis

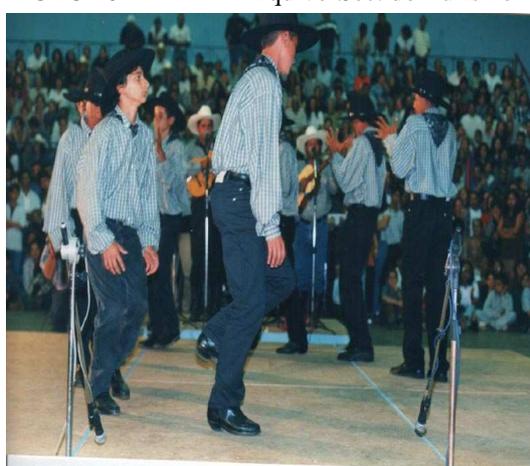
FOTO 9

Arquivo-Sec. do Turismo



FOTO 10

Arquivo-Sec. do Turismo



Festival de Catira em Anápolis

1.1 Objetivo Geral do Projeto

Implantar um Programa de Educação Patrimonial nas escolas da rede municipal de ensino de Anápolis, promovendo conhecimento, reconhecimento e apropriação do patrimônio cultural por parte da sociedade.

1.2 Objetivos Específicos do Projeto

- Construir parcerias entre a Secretaria Municipal de Educação de Anápolis e outros órgãos e instituições ligados à educação, cultura e meio ambiente na elaboração de programas, políticas públicas e ações educativas relacionadas ao Patrimônio Cultural.
- Capacitar educadores da rede municipal de ensino para serem multiplicadores e sensibilizadores usando sua prática pedagógica na perspectiva da Educação Patrimonial para o resgate e a valorização do patrimônio do município de Anápolis.
- Estabelecer ações para que o grupo-tarefa de pesquisa-ação desenvolva metodologias empregando os Temas Transversais na prática cotidiana da escola.
- Promover cursos de formação continuada para que os professores desenvolvam sua prática pedagógica nesta metodologia de perspectiva interdisciplinar e transversal.
- Oferecer apoio técnico-pedagógico para as unidades escolares que aderirem ao programa de Educação Patrimonial.
- Monitorar e avaliar a elaboração e execução de projetos de Educação Patrimonial das unidades escolares.
- Sistematizar e divulgar experiências do programa.

2 JUSTIFICATIVA

Justifica-se este Projeto na falta ou pouco conhecimento sobre a temática do patrimônio cultural por parte dos professores da Rede Municipal de Ensino de Anápolis, comprovada em pesquisa realizada com o objetivo de levantamento de dados.

A Importância da Educação Patrimonial

A educação patrimonial é importante para que as pessoas compreendam o próprio universo sociocultural, enquanto possuidores de uma historicidade; elevando a auto-estima, exaltando saberes e fazeres e fortalecendo a identidade cultural local, regional e nacional de um povo.

É uma proposta educacional que deve ser repassada às gerações futuras. Os termos originais *cultural heritage* e *heritage education* fazem alusão à idéia de herança cultural transmitida por intermédio da educação. Este termo, na tradução de Horta (1999, p.6) é concebido como "um instrumento de alfabetização cultural, que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido". Enaltecendo os conceitos teórico-metodológicos, a Educação Patrimonial se utiliza dos lugares e suportes da memória (museus, monumentos históricos, arquivos, bibliotecas, sítios históricos, vestígios arqueológicos, etc.) no processo educativo, a fim de desenvolver a sensibilidade e a consciência dos educandos e dos cidadãos para a importância da preservação desses bens culturais, pois concordando com a visão de Lê Goff (1992, p.477), acreditamos que "a memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro", e neste sentido, se faz necessária a sensibilização educativa para que o trabalho da memória coletiva seja realmente dentro de uma prática de libertação e não de servidão.

A relação entre preservação de bens culturais e educação é intrínseca, como afirma Freire (1983, p.35-36), "Não há educação fora das sociedades humanas e não há homens no vazio", independentemente da instância em que a educação aconteça, torna-se imprescindível refletir sobre o homem, suas raízes espaço-temporal e suas condições culturais, seu capital cultural, a fim de transformações de *habitus* plausíveis acerca do reconhecimento e apropriação desse patrimônio.

O conhecimento fragmentado dos professores sobre o Patrimônio Cultural

Realizou-se uma pesquisa com professores da Rede Municipal de Ensino de Anápolis, que trabalham com alunos da Educação Infantil e Ensino Fundamental, para conhecer como a temática do patrimônio cultural estava ou não sendo discutida ou inserida na base curricular das escolas municipais de Anápolis. Foram aplicados questionários a 85 educadores, distribuídos dentre 20 escolas selecionadas por setores dessa cidade. As perguntas, tabulações e descrição quantitativa das respostas estão apenas na seção do apêndice 2 deste Projeto.

No momento, julgamos relevante destacar o perfil dos educadores entrevistados na pesquisa, uma vez que estes estarão à frente das atividades interdisciplinares propostas no Programa de Educação Patrimonial, a ser realizado no lócus escolar.

No levantamento de dados verificaram-se como fatores positivos: a formação acadêmica, a especialização, a jornada de trabalho e experiência docente com as disciplinas trabalhadas. Quanto à formação acadêmica temos um elevado número de professores com graduação, 81,7%; em processo de conclusão de graduação, 10,3% e um número reduzido de 8,2%, possuem apenas o ensino médio (Magistério). Quanto às especializações verifica-se um número expressivo de educadores com especialização em áreas variadas, 74,1% dos entrevistados. Em relação aos turnos trabalhados, observa-se que 31,7% lecionam no turno vespertino, vindo em segundo lugar os que lecionam no turno matutino correspondendo a 28,2% dos entrevistados e ficando em terceiro lugar o turno noturno com 7% dos professores. Vale ressaltar que 33,2% dos educadores entrevistados trabalham em mais de um turno. A incidência de educadores que lecionam todas as disciplinas é bastante expressiva, chegando a atingir um percentual de 53% dos entrevistados, considerando também relevante o número de educadores que trabalham com mais de uma disciplina.

Todos estes fatores apontados, somados às experiências destes professores com universos distintos de alunos, faixa etária, disciplinas variadas, com conteúdos que possibilitam a prática de um trabalho interdisciplinar e transversal acerca de estudos e projetos voltados à temática patrimônio cultural, serviram como diferencial no nivelamento das análises das respostas sobre concepções, experiências, perspectivas e interesses a respeito de temas como patrimônio, educação, cultura e temas transversais no delineamento deste Projeto. Os professores puderam demonstrar seu nível de conhecimento em cima das seguintes temáticas: O que a palavra patrimônio lhe sugere? O

que vem à sua cabeça quando se pensa em cultura? O que a educação tem a ver com a cultura? Justifique. Você se sente preparado (a) para tratar sobre o patrimônio? Justifique. Na sua escola há algum projeto ou atividade que trate do patrimônio? Qual? Que relação observa entre Patrimônio Cultural e os Temas Transversais? Existe algum patrimônio cultural em Anápolis? Qual o seu interesse em trabalhar com o tema Patrimônio Cultural? Como considera seu grau de conhecimento acerca do Patrimônio Cultural? Para desenvolver um trabalho pedagógico com o tema Patrimônio Cultural nas escolas do município, que material de apoio e recursos considera importantes a fim de atendê-lo (a)?

As dificuldades encontradas durante as investigações evidenciam o pouco conhecimento ou o conhecimento fragmentado sobre a temática por parte de alguns professores, demonstrando insegurança, resistência, descaso e recusa nas respostas, chegando ao ponto de justificarem que o tema não era pertinente a sua área de formação. Embora nas repostas aos questionários os professores mencionem suas idiossincrasias referentes a elementos significativos constituidores do patrimônio, esses são apresentados de forma fragmentada, diversificada, incompleta, desconexa, confirmado assim a ausência dessa discussão no cotidiano escolar e nas práticas pedagógicas dos educadores no processo ensino-aprendizagem.

As noções conceituais dos termos tratados na pesquisa, reveladas pelos educadores demonstram premente aprofundamentos acerca da temática em estudo. Considerando que estes, estando inseridos no universo escolar, local de relações políticas, sociais e culturais, propício à formação cultural, precisam buscar ampliar tais conceitos, pois a educação formal continua sendo um dos caminhos para incentivar, promover e valorizar os conhecimentos culturais de um povo, tendo o professor papel principal nesta tarefa de formação de identidades culturais.

Os professores, em sua maioria, afirmaram estar interessados em aprofundar sobre a temática do patrimônio e acreditam que se forem capacitados poderão desenvolver um trabalho de exercício de cidadania voltado ao conhecimento e valorização dos bens culturais que compõem nosso patrimônio histórico nacional e inserir o tema em suas práticas pedagógicas.

O engendramento do patrimônio cultural nas instituições escolares é emblemática para este programa, porém necessita-se primeiramente de uma mudança de postura dos educadores, no sentido de reconhecerem e se apropriarem dessa temática, como professor

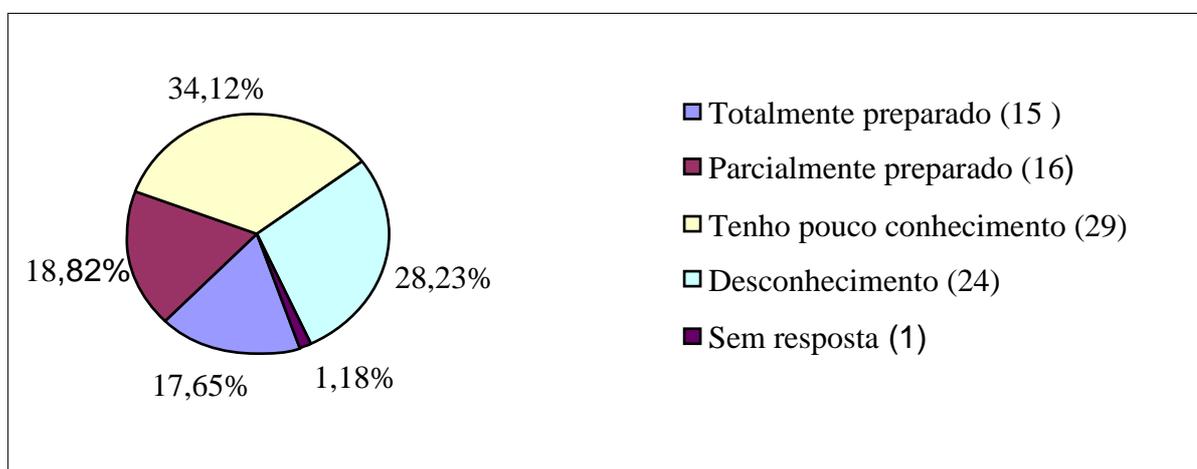
constituído de uma cultura e de um patrimônio, um professor interdisciplinar, que saiba conduzir os saberes sem fragmentá-los, tanto no momento de aprender como o de ensinar.

Este, por sua vez, estando inserido no universo escolar, cujo papel principal é de apresentar, mediar, facilitar, reproduzir culturas que são constituídas também para fora dos muros escolares, necessita inteirar e tecer tais saberes com a temática em questão, saindo da neutralidade em que se encontra, pois concordando com a visão de (BEZERRA in NAJJAR;CAMARGO, 2006, p.69), que acredita e defende a posição de que “(...) de fato, não se introduz o ‘tema’ patrimônio cultural na escola, pois ele também é tecido dentro da escola. A escola é uma arena de relações políticas, sociais, culturais”, sendo assim, precisa estar aberta para as práticas escolares na formação da cultura escolar, que se encontra voltada aos vários saberes entrelaçados, ou seja, saberes selecionados nos currículos, saberes dos educadores que conduzem seus conteúdos e os saberes dos alunos, todos influenciando no aprendizado que compõe o tecer desta cultura escolar.

Na verdade, o conhecimento, através do ato de educar é construído a partir do universo cultural do aluno, apresentando-se como “um ato político que visa à formação de sujeitos críticos que utilizem o conhecimento construído na escola para lutar pelos seus direitos. Estes direitos que incluem o acesso aos bens culturais são constituintes de cidadania” (ibid, p.83), desta forma, em se tratando de assuntos voltados ao patrimônio, não se concebe a idéia de fragmentar os saberes e os conhecimentos por “áreas”, como colocaram alguns dos professores durante a entrevista realizada.

Os resultados apresentados nos gráficos 1, 2 e 3 apontam a incidência favorável e até mesmo uma certa reivindicação por parte da maioria dos professores por uma orientação ou capacitação sobre o tema que se apresenta, para muitos deles, ainda obscuro.

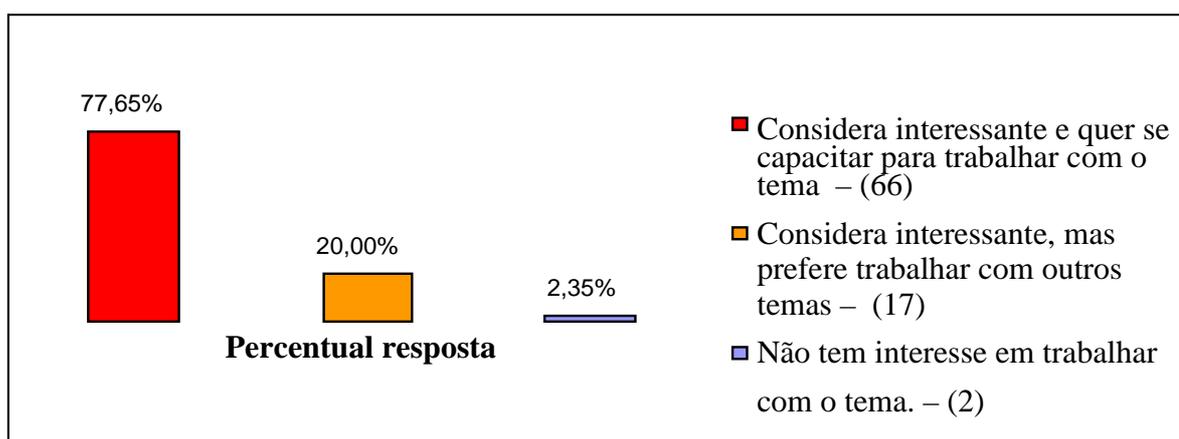
Gráfico 1 – Grau de preparo dos professores para trabalhar com o tema patrimônio nas escolas públicas municipais de educação infantil e ensino fundamental de Anápolis – fevereiro – 2007.



Fonte: Pesquisa de campo da autora (2007).

Pergunta feita aos educadores: Você se sente preparado(a) para tratar sobre o patrimônio? Justifique.

Gráfico 2 – Interesse dos professores em trabalhar com o tema patrimônio cultural nas escolas públicas municipais de educação infantil e ensino fundamental de Anápolis – fevereiro – 2007.

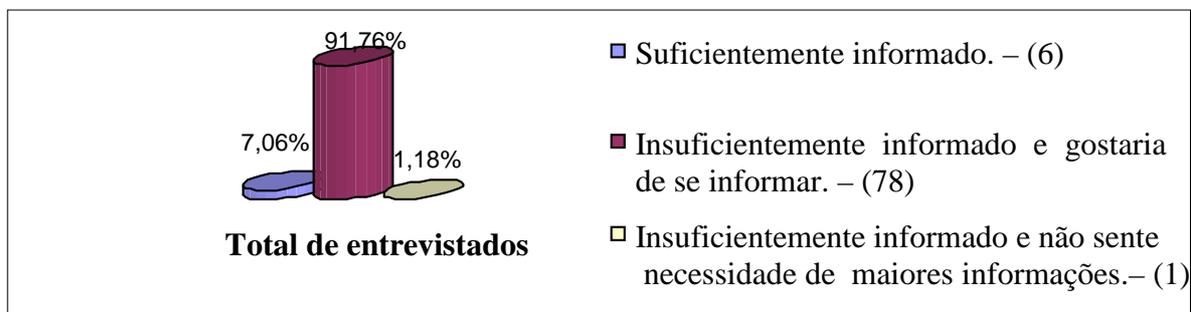


Fonte: Pesquisa de campo da autora (2007).

Pergunta feita aos educadores: Quanto ao interesse em trabalhar com o tema patrimônio cultural, você:

- () considera interessante e quer se capacitar para trabalhar com o tema.
- () considera interessante, mas prefere trabalhar com outros temas.
- () não tem interesse em trabalhar com o tema.

Gráfico 3 - Grau de conhecimento dos professores sobre o patrimônio cultural de Anápolis considerados pelos educadores das escolas públicas municipais de educação infantil e ensino fundamental de Anápolis – fevereiro – 2007.



Fonte: Pesquisa de campo da autora (2007).

Pergunta feita aos educadores: Quanto ao grau de conhecimento sobre o patrimônio cultural de Anápolis, considera-se:

- () suficientemente informado (a).
- () insuficientemente informado (a) e gostaria de se informar.
- () insuficientemente informado e não sente necessidade de maiores informações.

A análise interpretativa dos gráficos bem como mais detalhes sobre a pesquisa encontra-se apenas a este Projeto, na seção do apêndice 2.

A escola como locus privilegiado para a realização da Educação Patrimonial

A Educação Patrimonial deu-se, inicialmente, no desenvolvimento de programas didáticos nos museus, sendo aos poucos adequada como método de ensino para o trabalho nas escolas. Conquistou espaço também nos currículos escolares devido à sua importância na formação da consciência em preservar e valorizar os patrimônios que nos rodeiam, bem como fortalecer a identidade cultural, através da participação ativa da comunidade como integrante de sua história. Contudo, as experiências de educação patrimonial em escolas ainda vem ocorrendo de forma segmentada, descontínua e aleatória.

Este Programa privilegia a Educação Patrimonial no espaço escolar, por acreditar que a escola, dentre várias instituições sociais, continua sendo um constructo social, com ações baseadas em princípios éticos, pedagógicos e políticos, aberta a inclusão social e a diversidade cultural, ou seja, a escola como instituição educativa, pode proporcionar um

trabalho significativo dentro do pretendido, pelo fato de não se limitar ao interior dos muros escolares.

A escola tem um papel bem mais amplo do que passar conteúdos ou transmitir saberes, ela assegura a modificação do *habitus*, que é ensinado, aprendido e automatizado, sendo, portanto, na visão de Bourdieu, (1999, p. 208-212)³ lócus privilegiado e “o único capaz de consagrá-lo e constituí-lo, pelo exercício, como hábitos de pensamentos comuns a toda uma geração”, assegurando formas específicas de pensar e agir, reforçando que a escola “não fornece apenas indicações, mas também define itinerários”, permitindo uma relação com a cultura que assegura formas de pensar e agir também específicas.

Para alcançar seu pleno potencial de “definição de itinerários” a escola precisa repensar suas práticas fragmentadas e individualistas, reflexo da divisão social em que está inserida. Estas transformações sociais pretendidas no universo da cultura escolar necessitam transgredir a concepção de educação tradicional, elitizada, excludente e longe de corresponder às necessidades e anseios de todos que participam do cotidiano escolar. Contrapor-se a este modelo atual de políticas educacionais, geradora de desigualdade e exclusão social exige esforços múltiplos no sentido de se aprender a aprender, a conviver e a ser. O desenvolvimento da Educação Patrimonial pode contribuir no sentido de procurar mecanismos a fim de vencer estes entraves que inviabilizam a construção de uma escola que eduque de fato para o exercício pleno da cidadania e seja instrumento real de transformação social.

A proposta metodológica de inserção do tema Patrimônio Cultural na vida escolar dar-se-á por intermédio da pesquisa-ação e dos Temas Transversais, os quais dão abertura e flexibilidade à inclusão, nos currículos, de temas sociais urgentes, com o mesmo tratamento didático e importância das áreas convencionais. A transversalidade e a interdisciplinaridade são maneiras de se trabalhar o conhecimento de forma a reintegrar tratamentos disciplinares fragmentados. Estes elementos serão apresentados com mais detalhes na seção referente à metodologia.

³ In Teive, Gladys Mary. Uma vez normalistas, sempre normalistas: *a presença do método de ensino intuitivo na construção de habitus pedagógico*..

Disponível em <http://www.anped.org.br> acesso em junho de 2007.

As experiências que nortearam a elaboração do Projeto

A pesquisa bibliográfica indicou um número crescente de experiências em educação patrimonial. As experiências mais relevantes que puderam sustentar indiretamente este trabalho tiveram suporte nas leituras de livros como, “*Educação Patrimonial: Relatos e Experiências*”, organizado por André Soares em 2003, que reúne projetos, artigos e resultados de um programa de Educação Patrimonial, desenvolvido por meio de um convênio entre a Universidade Federal de Santa Maria e a Prefeitura de São Martinho da Serra, objetivando uma retomada de crescimento do município recentemente emancipado e a formação de uma identidade local, estimulada pelo sentimento de pertença deste patrimônio.

A metodologia utilizada deu-se por um projeto de extensão na educação com abordagens da arqueologia, integrando etapas teóricas e práticas com professores e estudantes do ensino fundamental das redes municipais e estaduais da cidade, envolvendo palestras à comunidade, exposições itinerantes, escavação arqueológica, exercícios técnicos de restauro de objetos, avaliação por meio de questionários e debates. Ainda aponta caminhos de como se trabalhar com projeto piloto, construir material didático específico para a inserção da educação patrimonial nas escolas e um balanço em cima de avaliação reflexiva das atividades realizadas com as comunidades locais.

Outro projeto que merece ser destacado no momento é *Educação Patrimonial na Área do Projeto Serra do Sossego Canaã dos Carajás-PA*, como resultado do trabalho de um grupo que vem atuando na área de abrangência do Projeto de Extração de Minérios desenvolvido pela Mineração Serra do Sossego. Este subprojeto de Educação Patrimonial está vinculado ao projeto de Levantamento Arqueológico na Faixa da Servidão da Linha de Transmissão de Joinville- São Francisco do Sul- SC, desenvolvido pela ELETROSUL, resultando também num trabalho com a comunidade e na criação de um livro intitulado *Patrimônio Arqueológico: para conhecer e conservar*, um material didático para professores dos municípios de Araquari, Joinville e São Francisco do Sul. Para elaborar o projeto realizou-se primeiro uma pesquisa exploratória de percepção cultural na região e os resultados subsidiaram a sua elaboração, contribuindo na definição de métodos integrados de educação patrimonial, educação artística, estética e pesquisa-ação.

O Guia Básico de Educação Patrimonial do IPHAN, (1999), coordenado por Grunberg, Monteiro e Horta, diretora do Museu Imperial, também contribuiu na elaboração

deste, por apresentar um conjunto de ações que envolvem comunidades, escolas, centros históricos, sítios arqueológicos, museus, monumentos, arquivos e bibliotecas buscando incentivar o conhecimento do nosso patrimônio por meio da Educação Patrimonial.

Alguns projetos e dissertações deste Mestrado Profissional em Gestão do Patrimônio Cultural da Universidade Católica de Goiás (UCG), com abordagem na temática Educação Patrimonial, contribuíram como fonte de leitura e pesquisa na elaboração deste projeto, sendo eles:” *Centro de Educação Patrimonial-CEP, Cidade de Goiás-GO*”, elaborado por Roberta Caiado Cunha e Cruz Balestra , no ano de 2005, propondo a sua implantação com o objetivo de disseminar conhecimento e informação sobre o patrimônio cultural e sua apropriação pela comunidade local e pelo turista da Cidade de Goiás; “*O Sítio Arqueológico e Histórico de Pontal: Educação Patrimonial e Perspectivas de Valorização do Patrimônio Cultural de Porto Nacional- TO*”, dissertação de Antonia Custódia Pereira, defendida em 2005, propõe despertar o interesse de professores e alunos através da Educação Patrimonial na perspectiva da valorização e da preservação do sítio arqueológico e histórico de Pontal e todo Patrimônio Cultural de Porto Nacional;” *Por uma Gestão do Patrimônio Cultural na Escola*”, projeto de gestão elaborado por Simone Webe de Lima, no ano de 2004, este voltado para a educação, objetivando a prática de ações educativas planejadas através da Educação Patrimonial e da Pedagogia dos Projetos para ensino fundamental, terceiro e quarto ciclos, dentro das atividades relacionadas aos Temas Transversais.

Exemplos de projetos relevantes, que também podem ser citados são aqueles amparados na legislação do patrimônio arqueológico, a partir de 2002, que obrigam empresas que desenvolvem empreendimentos que provocam impactos ambientais a financiarem projetos de Educação Patrimonial. Trata-se, portanto, de uma legislação específica relacionada ao financiamento direto, por parte de empresas públicas e privadas, de projetos relativos ao patrimônio arqueológico. No caso das demais modalidades de patrimônio, o financiamento acontece através de leis de incentivo fiscal, seja a Lei Rouanet – no âmbito federal – sejam as leis estaduais e municipais relativas a percentuais de renúncia fiscal do ICMS.

Algumas empresas privadas tais como: *Fiat, Usiminas, Manheti Marelli, Chasf e Companhia Vale do Rio Doce* têm patrocinado projetos de Educação Patrimonial, por meio do projeto Tesouros do Brasil, gerenciado pela empresa La Fabrica do Brasil, que cria e

implementa projetos educacionais e culturais para empresas privadas como as citadas anteriormente. O projeto *Tesouros do Brasil* visa promover através de concurso, a Educação Patrimonial entre estudantes do ensino fundamental e médio.

O *Tesouros do Brasil* amplia a abordagem cultural para o patrimônio brasileiro nas suas mais diversas acepções, como os bens materiais históricos, artísticos ou naturais, ou imateriais, como a memória de uma comunidade ou povoado. Mobilizadas através de *kits* pedagógicos - com referências conceituais e sugestões de atividades em sala de aula nas mais diversas disciplinas - e de um *site* (www.tesourosdobrasil.com.br), as escolas participantes formam equipes para a pesquisa do acervo local e a definição do bem a ser resgatado por meio do levantamento histórico, coleta de documentos e relatos, contextualização histórica e captura dos vínculos que unem aquele bem ou aquela história à vida da comunidade. Além da recuperação de informações, a equipe também prepara um projeto de sensibilização da comunidade para a valorização do bem cultural.

Merece destaque no momento, pelo fato de se aproximar do que propomos o “*Programa de Educação Patrimonial. Prazer em conhecer. Compromisso de preservar*”, realizado pela Secretaria Municipal de Educação de Goiânia, que teve como ação principal um curso sobre o patrimônio Art Déco, voltado para os professores do ensino fundamental da rede municipal de Goiânia, em 2004, com a finalidade de atuarem como multiplicadores da educação patrimonial e contribuir para o fortalecimento dos sentimentos de identidade cultural e cidadania dos alunos, que foi desenvolvido em parceria com o Museu Antropológico (UFG), o Instituto do Trópico Subúmido (UCG), o Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia e o Iphan. Vale ressaltar que no decorrer do curso, os participantes elaboraram um projeto de educação patrimonial para ser desenvolvido nas unidades escolares, envolvendo a comunidade, seus hábitos e costumes como parte do patrimônio. Ressaltamos a ausência de registros que evidenciassem a sua implantação.

Mais recentemente, em uma das visitas à 14ª Superintendência regional do IPHAN, que abrange os Estados de Goiás, Tocantins e Mato Grosso, tivemos oportunidade de acompanhar um dos trabalhos que estava sendo desenvolvido, ou seja, o resultado do levantamento de informações e metodologias referentes a projetos ou ações relacionados à Educação Patrimonial praticados no âmbito da 14ª SR/IPHAN, e que muito contribuíram no processo de desenvolvimento deste Projeto, tendo oportunidade de conhecer os caminhos das ações de Educação Patrimonial, em função de uma investigação que abrange

22 anos e 5 cidades nas quais se desenvolveram tais ações, resultando em dados arquivísticos e depoimentos orais que objetivam reafirmar a importância da educação inerente às ações do IPHAN, subsidiando políticas de cunho educativo, motivando futuras contribuições para a valorização do Patrimônio Cultural.

Estes estudos referentes ao IPHAN contemplaram resultados de sucessos e insucessos e estiveram voltados para as cidades de Goiás, Pirenópolis e Goiânia no Estado de Goiás, Natividade no Estado de Tocantins e Cuiabá no Estado de Mato Grosso, tendo como foco previsto o projeto *Conhecer para Preservar, Preservar para Conhecer*, ação desenvolvida pela 14ª SR, desde 1984.

Contribuições e limitações dos programas e projetos de Educação Patrimonial.

Ainda é muito difícil fazer uma análise dos resultados dessas experiências uma vez que a maior parte da literatura apenas descreve esses projetos sem maiores análises de sua implementação. Dentre os programas e projetos pertinentes à Educação Patrimonial apresentados nas linhas acima tem-se um limitado conhecimento de resultados de sua implantação. Alguns destes comunicam contribuições que foram relevantes, outros relatam limitações devido a questões de cunho político administrativo e até mesmo por resistência a mudanças na prática pedagógica.

As contribuições dessas experiências apontadas nos estudos citados anteriormente foram: sensibilização, conscientização e mobilização dos órgãos administrativos por meio das atividades que proporcionaram desdobramentos sociais e econômicos; integração da educação em diferentes faixas etárias, iniciadas a partir do Ensino Fundamental até a universidade, juntamente com as comunidades; interação entre as áreas da Educação, Museologia, Arqueologia e Turismo; inserção de educandos e educadores no contexto museu com novos olhares para um espaço vivo, prazeroso e significativo; reconhecimento do patrimônio como parte da história de vida das pessoas, valorização da memória e identidade cultural; valorização do “saber-fazer” local, com roteiros turísticos locais, fazeres diversificados envolvendo artesanato, culinária, dança entre outros; consideração das realidades locais das escolas, promovendo ensino ligado ao meio imediato dos educandos; desenvolvimento dos projetos por etapas, a curto, médio e longo prazo, portanto, num processo contínuo mesmo não estando vinculado ao ensino formal e

curricular das unidades escolares; implantação da Educação Patrimonial nos currículos e práticas pedagógicas por alguns professores, fazendo com que os conteúdos se refiram aos patrimônios locais e suas especificidades; educandos em contato com arquivos, sendo alertados sobre a importância da preservação do patrimônio documental; oficinas reais e simuladas de Arqueologia com escavações, análises e estudos de vestígios arqueológicos; desenvolvimento de trabalhos interdisciplinares e transversais no espaço escolar.

Algumas limitações merecem ser ressaltadas: a Educação Patrimonial nos museus, em sua maioria, não levam em consideração o cotidiano do educando, restringindo-se aos trabalhos dentro dos museus; houve pouca interação com as comunidades envolvidas; a ocorrência de simulação de oficinas de arqueologia onde os pressupostos basearam-se na aquisição do conhecimento e não na sua construção como sugere a Educação Patrimonial; propostas isoladas sem previsão a médio e longo prazo, limitando-se a experiências-piloto, não visando projetos contínuos; resistência por parte de educadores na elaboração coletiva de material didático a ser utilizado na construção de novos trabalhos; interrupções de projetos por motivos de greves escolares dentre outros também relevantes.

Aspectos inovadores do Programa

As escolas necessitam de um Programa de Educação Patrimonial de longo prazo. Este é um projeto pioneiro na rede de ensino de Anápolis. Sua concepção apresenta inovações que podem contribuir para superação de parte das limitações apresentadas acima.

Ele propõe a criação de um Programa permanente de Educação Patrimonial que deverá ser implementado em fases de curto, médio e longo prazo, a ser melhor detalhadas na metodologia, como forma de superar o caráter eventualístico das experiências de capacitação e das chamadas experiências pilotos ou a descontinuidade daqueles projetos que tiveram duração mais longa.

O projeto planeja o trabalho conjunto ou simultâneo com professores e alunos como forma de superar os problemas ocorridos nos projetos que tiveram como alvo professores ou alunos. Muitos dos projetos que só trabalharam com os professores não foram bem sucedidos na extensão do conhecimento aos alunos. Muitos dos projetos realizados apenas com os alunos não conseguiram superar as resistências dos professores.

Do ponto de vista metodológico, como veremos na seção apropriada, o diferencial deste Programa está na inserção da educação patrimonial no rol dos temas transversais e na utilização da metodologia de “projetos”, cujos objetivos são efetivar interdisciplinaridade e a construção de uma escola participativa e decisiva na formação do sujeito social.

Um último ponto pretendido é poder realizar a educação patrimonial de maneira articulada com a comunidade escolar (pais de alunos, igrejas, associações de bairros etc). Este prevê o planejamento das ações educativas, bem como a elaboração de projetos a serem realizados conjuntamente com outras instituições parceiras, garantindo seguridade e apoio para que as ações de caráter educativo, nas comunidades escolares, sejam contínuas e sirvam de referencial para outras instituições educativas com interesse na promoção do conhecimento do patrimônio cultural. Com isso os saberes e fazeres vão ganhando amplitude e força nos princípios da interculturalidade.

Assim, acredita-se no caráter inovador, abrangente e sólido deste Programa com proposta de resgatar e valorizar o patrimônio cultural por meio dos usos sociais, das apropriações que a sociedade faz da sua memória, da sua história, para que haja reconhecimento e legitimação desse patrimônio, através do ensino como espaço de construção e exercício da cidadania.

3 REFERENCIAIS CONCEITUAIS RELEVANTES PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

A elaboração e desenvolvimento deste Projeto sustenta-se no embasamento teórico-conceitual de alguns termos importantes, a saber: patrimônio cultural; educação e cultura, educação patrimonial; transversalidade e cultura material escolar.

O delineamento destes conceitos estará explícito de maneira sintetizada devido a amplitude conceitual que se apresentam. Estas concepções nortearão as ações estratégicas efetivas, viabilizando assim resultados esperados, na perspectiva da Educação Patrimonial como carro chefe das atividades, aliada ao esforço da população escolar, ao apoio de secretarias envolvidas com políticas públicas, parcerias com empresas, órgãos federais, estaduais e municipais e instituições interessadas com a proposta deste Programa.

Concepções de Patrimônio Cultural

O conceito de patrimônio apresenta uma diversidade de significados que foram sofrendo alterações ao longo dos últimos anos, podendo segundo (RODRIGUES, 2001, p.16), ser assim confirmado:

Originalmente esteve relacionada à herança familiar, mais diretamente aos bens materiais. No séc.XVIII, quando, na França, o poder público começou a tomar as primeiras medidas de proteção aos monumentos de valor para a história das nações, o uso do “patrimônio” estendeu-se para os bens protegidos por lei e pela ação de órgãos especialmente constituídos, nomeando o conjunto de bens culturais de uma nação.

Esses conceitos aos poucos foram se alargando e atingindo outros períodos, com forte influência e mudanças consideráveis na modernidade, até os dias atuais, passando a ser denominado patrimônio cultural, não se limitando apenas a uma parte dos bens culturais, ou seja, o patrimônio histórico arquitetônico, mas englobando também a noção de patrimônio ambiental:

No contexto brasileiro, os conceitos de patrimônio cultural têm variado em termos diacrônicos e sincrônicos. Desde a década de 1930, com a criação do IPHAN, até fins de 1970, o conceito oficial que norteou a política brasileira de patrimônio restringia-se aos chamados monumentos arquitetônicos e obras de

arte erudita associados ao passado brasileiro. Desde fins dos anos de 1970, principalmente com a criação do Pró-Memória, a categoria patrimônio expandiu-se e veio incluir não somente monumentos arquitetônicos, obras de arte erudita, mas também documentos, antigas tecnologias, artesanato, festas, material etnográfico, várias formas de arquitetura e arte popular, religiões populares etc. (GONÇALVES, 2001, p.89)

Em termos legais, de acordo com o Decreto Lei nº. 25, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, o conceitua como sendo

o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (IPHAN, 2006, p.99).

A Constituição Federal de 1988, em sua Seção II, dedicada à Cultura, em seu artigo 216, define que o patrimônio cultural brasileiro é composto pelos:

...bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais incluem:

- I- os modos de criar, fazer e viver;*
- II- as criações científicas, artísticas e tecnológicas;*
- III- as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;*
- IV- os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (IPHAN, 2006, p.20)*

Ainda dentro deste conceito de patrimônio cultural, a categoria de patrimônio cultural imaterial foi assim referendada em 2003 pela UNESCO:

Entende-se por patrimônio cultural imaterial as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural.

Este Programa serve-se destes conceitos e determinações por acreditar que são recursos que propiciam a sociedade conhecer, conscientizar e valorizar este complexo de bens culturais naturais, materiais, intelectuais e emocionais que compõem o patrimônio cultural, numa atitude de fortalecimento da própria identidade cultural nacional que, nas palavras de Gonçalves (2001, p.19) vem confirmar que “a nação se define a partir da posse de seus bens culturais”, estes sendo (re) conhecidos pela nação, servirão de instrumentos

para o desenvolvimento autônomo e independência na luta contra os entraves de alienação cultural, da indiferença e ignorância no trato do valor do seu patrimônio, característicos de países subdesenvolvidos como o Brasil, necessitado de políticas culturais como a Educação Patrimonial.

Educação, Cultura e Patrimônio

Na perspectiva do Programa, tendo concebido a Educação Patrimonial como carro chefe de suas ações, inclui a necessidade de reflexões acerca da maneira equivocada em que vem sendo propagada, entendendo que por ser constituída de dois termos abrangentes, ou seja, educação e patrimônio, não significa ser uma educação voltada somente para ou sobre o patrimônio, como algo definido, acabado, pronto a ser aplicado, pois alinhando-nos às concepções de (BEZERRA, 2006, p.85) acreditamos que :

(...) educar é um ato político que visa à formação de sujeitos críticos que utilizem o conhecimento construído na escola para lutar pelos seus direitos. Estes direitos que incluem o acesso aos bens culturais são constituintes da cidadania. Isto posto, entendo que a escola forma cidadãos e não agentes do patrimônio cultural. Então, educação patrimonial é educação.

A Educação Patrimonial é mais que um processo metodológico, uma atividade pedagógica ou uma temática a ser introduzida nos currículos escolares. Ela se insere, devido sua amplitude e importância, numa perspectiva teórica, que precisa ser melhor apreendida. Salientando um pouco sobre sua conceituação, temos nas palavras de Brandão a seguinte definição:

(...) reconheço na educação patrimonial aquilo que chamo de uma vocação da educação. Não uma especialização, não um domínio especial, menos ainda, uma disciplina a mais, uma ‘nova matéria’ a ser lecionada, ensinada. Mas, antes uma outra vocação pedagógica, um foco de direção dentro de um campo educativo complexo (...) transdisciplinar, dialógico, aberto e interativo⁴.

Nos últimos anos têm sido expressivas as incidências de projetos e programas voltados à temática Educação Patrimonial, principalmente no locus escolar, com atividades variadas como oficinas, palestras, seminários, fóruns, manuais, visitas, trabalhos acadêmicos, dentre outros envolvendo questões inerentes ao patrimônio cultural. Anteriormente, na justificativa deste projeto, evidenciamos algumas das experiências já

⁴ Revista *Patrimônio* - Dossiê Educação Patrimonial.
Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br>>. Acesso em 19 set. 2006.

realizadas em escolas, sítios arqueológicos, museus, turismo e meio ambiente, bem como suas contribuições e limitações. Porém, as iniciativas de um processo avaliativo em nível nacional acerca desses trabalhos continua a passos lentos, mas ressaltamos que a Fundação João Pinheiro, de Minas Gerais, encontra-se à frente desta causa, organizando um volumoso banco de dados sobre Educação Patrimonial no Brasil.

A expressão Educação Patrimonial foi traduzida do termo inglês *Heritage Education*, originada no Brasil em 1983, por meio de discussões importantes acerca de aprofundar o conhecimento e a preservação do Patrimônio Histórico e Cultural, por ocasião do I Seminário sobre o “Uso Educacional de Museus e Monumentos”, no Museu Imperial de Petrópolis, no Rio de Janeiro (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999). A idéia deste encontro era a de apresentar uma proposta pedagógica, espelhada na experiência da Inglaterra, que objetivava a utilização das fontes primárias dentro do processo educacional, ou seja, apropriar-se dos monumentos e museus como ferramentas e recursos didáticos nas escolas (p.5).

Segundo Horta; Grunberg e Monteiro (1999, p.6), o princípio básico de Educação Patrimonial dá-se da seguinte forma:

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho de Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto desses bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural.

A metodologia da Educação Patrimonial se aproxima dos princípios da arqueologia, onde as investigações são feitas em campo, em contato direto com os objetos, dando entendimento acerca dos homens e suas culturas, seus artefatos culturais, suas habitações e cercanias, permitindo conhecer o seu passado numa visão diferenciada, mais democrática, humana e desalienada da história elitizada. Da Matta (1981), procura mostrar a importância da Arqueologia nas seguintes palavras:

(...) é uma subdisciplina da Antropologia Geral e, mais especificamente, da Antropologia Cultural (ou Social), já que seu objetivo é chegar ao estudo das sociedades do passado. De fato, o Arqueólogo está interessado em pedaços de cerâmica, cemitérios milenares, cacos de pedra e restos de animais, enquanto tais resíduos permitem deduzir modos concretos de relações sociais ali existentes. (p.28-29).

Por apresentar um caráter interdisciplinar, permite também integração de várias áreas do conhecimento com a identidade, memória, cultura e pressupostos pedagógicos pertinentes à sua própria metodologia que, na tentativa de promover ações de compreensão e preservação do Patrimônio Cultural, tem ganhado espaço considerável nos últimos tempos, provocando situações de aprendizado sobre o processo cultural e seus produtos e manifestações, conseguindo despertar o interesse de alunos e professores por questões sócio-político-culturais.

No Brasil, existe certa preocupação no que diz respeito à falta de esclarecimento da população sobre a importância do nosso patrimônio cultural, para não dizer expressivamente uma deseducação coletiva (LEMOS in FONSECA, 1997). Neste sentido, é imprescindível a criação de mecanismos e ações educativas que levem o cidadão comum a ampliar o conceito de cultura, geralmente produzido à compreensão de que a cultura está relacionada às ditas expressões artísticas convencionais (LARAIA, 2002). A cultura não é algo que herdamos biologicamente, mas sim que assimilamos, adquirimos e até emprestamos (KUPER, 2004).

Geertz define em série sua visão sobre cultura como sendo

(...) “um sistema ordenado de significados e símbolos... em cujos termos os indivíduos definem seu mundo, revelam seus achados e fazem seus julgamentos”; “um padrão de significados, transmitidos historicamente, incorporados em formas simbólicas por meio das quais os homens comunicam-se, perpetuam-se, desenvolvem seu conhecimento sobre a vida e definem sua atitude em relação a ela”; um conjunto de dispositivos simbólicos para o controle do comportamento, fontes extra-somáticas de informações”. (1978, p.131-132).

É de fundamental importância neste projeto, que educadores, educandos e comunidades escolares ampliem seus conhecimentos acerca da cultura como uma teia de significados que precisa ser lida, interpretada, adquirida e traduzida. Assim, cada cidadão refletirá sobre seus direitos à cultura, à memória coletiva e a apropriação desses patrimônios culturais, que segundo Gonçalves (2001) contribuem na definição de identidades de pessoas, de grupos étnicos e de nação, garantindo sua continuidade no tempo.

Por meio de investimentos em políticas educativas, envolvendo a Educação Patrimonial nas escolas, nos currículos, nos conteúdos programáticos interdisciplinares, através dos Temas Transversais e como instrumento de ensino, torna-se possível que

alunos e professores conheçam e se reconheçam como integrantes deste Patrimônio Cultural, que precisa ser apropriado e valorizado.

Neste sentido, sendo a escola o *lócus* onde se constroem práticas e saberes singulares, acreditamos que este Programa de Educação Patrimonial a ser implantado na Rede Municipal de Ensino de Anápolis, possa contribuir para com o fortalecimento da identidade cultural e cidadania de nossos professores e alunos, uma vez que:

O processo de ensino e aprendizagem pode ser dinamizado e ampliado, muito além do ambiente escolar onde toda a comunidade pode estar envolvida. Pode tornar-se um instrumento a mais no processo de educação que colabore com o despertar de uma consciência crítica e de responsabilidade para com a preservação do patrimônio - em toda sua expressão – e a percepção da relação entre esse com sua identidade pessoal e cultural⁵

Preservar os bens culturais: uma atitude de cidadania

A discussão da temática do patrimônio e sua preservação apresenta-se ainda restrita, não atingindo a maior parte da população brasileira. Considerando a inovação e ampliação do patrimônio cultural brasileiro acerca dos bens de natureza material e imaterial “portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (artigo 216), ressaltamos que tais inovações tornam-se também importantes no tocante aos mecanismos de proteção destes bens, como: sua identificação, realização de inventários, registros sistemáticos e participação popular nas atividades de preservação.

Entende-se neste Projeto que o gerenciador do patrimônio cultural no Brasil é o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), criado desde 1937, com a incumbência de identificar, proteger, promover, e difundir o Patrimônio Cultural brasileiro. Entra também neste embate de zelar, proteger, fiscalizar e valorizar os bens culturais locais, regionais ou nacionais os estados, os municípios e a sociedade como um todo. Desta maneira, a participação efetiva da população faz-se necessária junto às ações governamentais.

A título de clarificar essa discussão, tomemos como exemplo a preservação do patrimônio cultural dos sítios arqueológicos que há tempos desenvolve trabalhos de

⁵ Por Moema Nascimento Queiroz- *A educação patrimonial como instrumento de cidadania*. Disponível em <http://www.revistamuseu.com.br>. Acesso em 12 ago. 2006.

preservação em suas pesquisas arqueológicas, mas que após o estabelecimento legal da Portaria n° 30, de 2002, emitida pelo IPHAN, vem reforçar a sistematização de estratégias de preservação e gestão do patrimônio num trabalho conjunto entre arqueólogos, suas pesquisas nos sítios e a comunidade, através da elaboração e execução de programas de educação patrimonial. A colocação da arqueóloga Sibeli Viana, do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia (IGPA) da Universidade Católica de Goiás, vem confirmar nossas indagações afirmando que,

qualquer empreendimento econômico que vise exploração do patrimônio arqueológico só se sustentará se a comunidade envolvida tiver compreensão do que está sendo exposto, pois ela será seu maior divulgador, bem como a guardiã deste patrimônio⁶.

Neste sentido, vê-se que a responsabilidade de preservação do patrimônio cultural é de cada cidadão e não apenas do Estado, sendo necessário o reconhecimento do seu valor social, bem como um interesse público em sua conservação. Pois, a preservação emana de tomada de consciência, com finalidade de melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento sustentável da população.

Partindo deste princípio, um dos objetivos que se pretende atingir com este Projeto é o desenvolvimento de estratégias de preservação do patrimônio cultural por meio de ações educativas que envolva a comunidade escolar, investindo inicialmente na política de formação continuada dos educadores, com intuito de reflexão sobre sua prática pedagógica, visando a mudanças de postura omissa ou de desconhecimento das questões preservacionistas. Uma vez capacitados, poderá então gerar novos conhecimentos, buscando assim resgatar os valores culturais, ressignificando olhares sobre o patrimônio cultural, por meio de um trabalho teórico e prático, sistemático e contínuo de educação patrimonial que trata a cultura como um contexto de significação a ser compreendido e reconstruído.

Alinhamo-nos ao pensamento de Maria Beatriz Pinheiro Machado, que também defende a idéia de que:

(...) o trabalho educativo com o patrimônio cultural deve contribuir para a força de sujeitos capazes de superar a referência ao já instituído, participando

⁶ Reportagem Com Ciência- Arqueologia e Sítios Arqueológicos- *Envolver a comunidade ajuda a preservar sítios arqueológicos*. Disponível em <http://www.comciencia.br/reportagens/arqueologia> acesso em 17/07/2007.

de forma ativa no processo de seleção/conservação dos bens culturais, minimizando a predominância do Estado nestas questões⁷.(p.19).

De acordo com o Aurélio (2001)⁸, preservar é “livrar de algum mal, manter livre de corrupção, perigo ou dano, conservar, livrar, defender e resguardar”. Ou, ainda, “é um ato para a perpetuação e prolongamento de um bem cultural ou natural. Uma lei, um ato público ou particular para evitar a destruição de um patrimônio”. Assim, a preservação como um ato de manter as manifestações culturais e ambientais permite que a sociedade reconheça sua identidade, valorizando-a e preparando-a para as gerações futuras.

A compreensão destes conceitos protecionistas por intermédio da Educação Patrimonial subsidiará os educadores que, como agentes multiplicadores e mediadores do saber, possam repassar e trabalhar com os educandos a importância de se registrar a evolução cultural da sociedade que vivemos, despertando atitudes cidadãs de preservar os recursos materiais e ambientais, cobrando neste sentido, uma postura das forças maiores como o poder público e privado por medidas protecionistas sobre os bens patrimoniais.

Educação Patrimonial e a Transversalidade

Atualmente, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/96 – em seu artigo 26, enfatiza que a parte diversificada dos currículos do ensino fundamental e médio deve observar as características regionais e locais da sociedade e da cultura, o que abre espaço para a construção de uma proposta de ensino voltada para a divulgação do acervo cultural dos estados e municípios (BRASIL, 1997).

Diante da Lei citada, abre-se uma nova perspectiva nas práticas escolares no sentido de poder incluir temas que se interrelacionem e se complementem numa temática integradora entre as várias disciplinas da grade curricular do ensino fundamental. Esta inovação vem também reforçada nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para o ensino fundamental, elaborados pelo Ministério da Educação (MEC), que permite a interdisciplinaridade na educação básica, mediante a introdução dos chamados “temas transversais”. Entende-se por estes temas as questões sociais urgentes a serem trabalhadas

⁷ Percursos, rotas e caminhadas: as iniciativas de preservar o patrimônio através da educação- projeto elaborado por Maria Beatriz Pinheiro Machado- professora do Departamento de História e Geografia da Universidade de Caxias do Sul.

⁸ Preservar. In: FERREIRA, A.B.H. Mini dicionário da Língua Portuguesa. 4ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001, p.554

no *locus* escolar, visando a atingir o desenvolvimento integral do educando. São questões que necessitam de uma abordagem transversal, com enfoque diferenciado, inovador, perpassando as disciplinas, sem necessariamente estarem aprisionados às “grades curriculares”.

Entende-se que a interdisciplinaridade como uma tentativa de romper com a maneira fragmentária de ver e conceber o conhecimento realizado pelo homem, só terá sentido se focado na inserção deste com seu espaço e seu tempo, pois

(...) Quanto mais for levado a refletir sobre sua situacionalidade, sobre seu enraizamento espaço-temporal, mais ‘emergerá’ dela conscientemente ‘carregado’ de compromisso com sua realidade, da qual, porque é sujeito, não deve ser simples espectador, mas deve intervir cada vez mais. (FREIRE, 1983, p.61).

Os Temas Transversais estão assim agrupados: Pluralidade Cultural, Meio Ambiente, Sexualidade, Ética, Saúde, e Trabalho e Consumo. Três desses temas transversais possibilitam um trabalho na prática escolar envolvendo o estudo do patrimônio histórico e também a elaboração de projetos de educação patrimonial, que se encaixam na temática da ética, do meio ambiente e da pluralidade cultural. Estes por sua vez, expressam conceitos e valores fundamentais à democracia e à cidadania correspondendo a questões importantes e urgentes para a sociedade brasileira de hoje.

Sabe-se, porém, que cada um destes temas ocupa certo grau de importância, mas em se tratando do tema investigado, os que mais se aproximam, merecendo melhor explicitação são: o tema Ética, onde o aluno deverá entender o conceito de justiça baseado na equidade e sensibilizar-se pela necessidade de construção de uma sociedade justa, adotar atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças sociais, discutindo a moral vigente e tentando compreender os valores presentes na sociedade atual e em que medida eles devem ou podem ser mudados; através do tema Meio-ambiente o aluno deverá compreender as noções básicas sobre o tema, perceber relações que condicionam a vida para posicionar-se de forma crítica diante do mundo, dominar métodos de manejo e conservação ambiental; a Pluralidade Cultural tratará da diversidade do patrimônio cultural brasileiro, reconhecendo a diversidade como um direito dos povos e dos indivíduos e repudiando toda forma de discriminação por raça, classe, crença religiosa e sexo (BRASIL, 2001).

Na perspectiva deste Programa, existem duas direções para a introdução da Educação Patrimonial nas escolas de Anápolis. A primeira delas seria através dos temas transversais colocados anteriormente, e a segunda, por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais, que possibilitam sua inclusão como instrumento para o ensino de história.

Em se tratando de introduzir, nas instituições escolares, a Educação Patrimonial através de projetos e programas interdisciplinares, torna-se emblemático revermos alguns conceitos, pois a interdisciplinaridade e a transversalidade não se limitam a esta ou aquela disciplina, e indo um pouco mais longe, a relação escola e patrimônio cultural encontra-se amalgamada, não sendo possível pensar uma educação dissociada, fragmentada dentro desta arena social, cultural e política que é a escola. A transversalidade e a interdisciplinaridade são maneiras de se trabalhar o conhecimento de forma a reintegrar tratamentos disciplinares fragmentados, que segundo os PCNs, podem ser assim compreendidas:

A interdisciplinaridade questiona a segmentação entre os diferentes campos de conhecimento produzido por uma abordagem que não leva em conta a inter-relação e a influência entre eles - questiona a visão compartimentadas (disciplinar) da realidade sobre a qual a escola, tal como é conhecida, historicamente se constitui. Refere-se, portanto, a uma relação entre disciplinas. A transversalidade diz respeito à possibilidade de permanecer, na prática educativa, uma relação entre aprender na realidade e da realidade de conhecimento teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real (aprender na realidade da realidade).

Portanto, vemos que existem espaços normativos para que este programa de Educação Patrimonial nas escolas vivencie experiências inovadoras capazes de suscitar nos alunos, professores e comunidade local o interesse pelo conhecimento e pela preservação de nossos bens culturais. No entanto, é preciso buscar novos caminhos, propostas que estejam voltadas para a interdisciplinaridade, pois esta objetiva a construção do conhecimento globalizante, sem limites, de diálogo entre as disciplinas, não somente com integração de conteúdos, mas e especialmente, com atitudes e posturas interdisciplinares, ou seja, envolvimento, compromisso, busca acerca do conhecimento e do saber não fragmentado, juntamente com a aplicação dos temas transversais.

Esta articulação do saber, conhecimento, vivência e experiências do cotidiano escolar e da sociedade, exige envolvimento interdisciplinar de escolas e de professores com ações pedagógicas voltadas para a construção de uma escola participativa e decisiva na formação tanto de educadores como de educandos, como sujeitos sociais.

Considera-se pertinente um repensar de práticas pedagógicas, voltado a mudanças de concepção, inclusive de formação e capacitação de professores. Pois, como todas as profissões, dentro do mercado de trabalho neste mundo globalizado, torna-se inconcebível que uma pessoa, ou melhor, evidenciando nosso contexto, um professor, se prenda ou entenda somente a um determinado conteúdo. No entanto, é preciso que a secretaria de educação do município de Anápolis, em parceria com os órgãos de preservação, realize cursos e atividades pedagógicas que instrumentalizem o professor com a concepção e a metodologia da Educação Patrimonial, focada em ações interdisciplinares.

Só assim estaremos dando condições efetivas para que a escola se constitua num espaço privilegiado para o exercício da cidadania de nossas crianças, adolescentes, jovens e adultos, mediante o conhecimento e a valorização dos bens culturais que compõem o multifacetado patrimônio histórico nacional.

Educação Patrimonial, Cultura Escolar e Cultura Material Escolar

O conceito de cultura escolar aparece sempre relacionado com um espaço destinado/privilegiado para transmissão de conhecimentos e, principalmente, valores (FORQUIN, 1993; FRAGO, 2000; FARIA FILHO, 1996; JULIA, 2001).

Desta forma, a cultura escolar foi aos poucos se moldando e se constituindo por meio das práticas cotidianas e por normas estabelecidas, definindo assim, valores e comportamentos a serem inculcados.

Para Julia (2001, p. 10),

Poder-se-ia descrever a cultura escolar como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização).

Porém, mesmo sendo este espaço da escola, considerado local apropriado para analisar a cultura escolar, como evidenciado pelos autores citados, não quer dizer que seja tão simples defini-la enquanto objeto de conhecimento, uma vez que não se pode considerá-la como uma cultura externa, oposta e desvinculada da sociedade que a produziu e que por ela foi produzida. Forquin (1993), a referencia como sendo “conjunto de conteúdos cognitivos e simbólicos que, selecionados, organizados, ‘normalizados’, sob o

efeito de imperativos de didatização, constituem habitualmente o objeto de uma transmissão delineada no contexto das escolas” (p. 167).

Outra concepção de cultura escolar que destacamos, sob uma visão antropológica é a compreendida por Viñao Frago (2000), como sendo o conjunto de práticas, normas, idéias e procedimentos revelados através dos modos de fazer e pensar do cotidiano escolar através dos tempos.

Ainda abordando a definição da cultura escolar e sua materialidade, podemos nos ater às indagações de (FERNANDES; FELGUEIRAS, 2000), quando apontam que o universo escolar pode representar todo um mundo, numa rede de documentos que descrevem também uma rede paralela de significações. Mas, chamam atenção para a outra face da escola, pelo fato de ela não ser somente um universo de objetos museáveis, ser também constituidora de memórias, podendo levar-nos a transpor a sua face material.

Um dos traços distintivos da escola é o fato de que, seja qual for o seu formato e sua localização, ela sempre será um espaço qualificado, pois disponibiliza:

(...) um conjunto de instrumentos qualificadores, traduzido em mobiliários condicionantes das aprendizagens e em utensílios que denunciam um recorte espacial das práticas de ensino/aprendizagem. Malgrado a diversidade possível de tais acervos, eles definem sempre, no essencial, os objetos “museáveis” a partir dos quais podemos constituir um espaço museológico. (FERNANDES, 2000, p.21).

O uso de fontes primárias da cultura material da escola, como instrumento de aprendizado, tem sido um recurso didático considerável nas atividades de Educação Patrimonial ocorridas dentro do contexto da cultura escolar. Neste campo, junto aos sujeitos históricos que tecem suas culturas, conquistadas dentro e fora dos muros escolares, ficam resguardados objetos com múltiplos significados.

Nestes objetos que formam o conjunto da cultura material escolar, estão refletidas as práticas escolares, cobertas de ressignificações das ações e interações dos sujeitos, dos materiais e das memórias presentes, cotidianamente, dentro deste plano histórico-sócio-cultural.

Os objetos museáveis, pertencentes a este espaço qualificado que é a escola, podem ser brevemente categorizados para uma melhor compreensão de sua importância dentro do contexto que é o reconhecimento de um patrimônio maior, no caso o Patrimônio Cultural, a partir desses objetos escolares que revelam por si, memória das coisas. São eles, muitas

vezes esquecidos, desprezados, adormecidos e até mesmo destruídos. Estes são categorizados como: documentos escolares composto de mapas de matrícula dos alunos, as relações de docentes e funcionários, os registros de faltas, as atas de conselhos escolares; os livros de estudo em suas várias funções históricas; obras de reflexão pedagógico-didática; quadros parietais e azulejos; instrumentos didáticos; instrumentos de jogos; louças de refeitórios; depoimentos de pessoas revelando alegrias e dores por meio de tradições orais, agendas, diários, cartas e fotografias dentre outros de inigualável valor histórico.

Torna-se indiscutível a importância do estudo desses objetos que compõem a cultura material escolar, dentro da perspectiva da Educação Patrimonial e do Patrimônio Cultural, uma vez que as discussões neste campo da cultura material escolar são de natureza complexa e interdisciplinar, podendo abranger a história da educação, refletir comportamentos que possam ser explorados pela antropologia, arqueologia, sociologia, pedagogia etc. Pode-se neste enfoque, tomar como exemplo a arqueologia, que segundo Funari e Zarankin (2005) é uma disciplina especializada no estudo da cultura material, por apresentar ferramentas teórico-metodológicas bastante úteis aos objetivos propostos neste projeto, que envolve a necessidade de ações educativas, mediante sensibilização no (re) conhecimento e preservação de um patrimônio que se perde em porões e galpões de instituições, o escolar.

Neste sentido, tomando mais uma vez as palavras de Felgueiras (2000), conclui-se que a materialidade da cultura escolar, ancorada nas noções do passado, memórias, recordações precisa ser inscrita nas práticas educativas de projetos e programas de Educação Patrimonial, como um patrimônio material e imaterial, uma herança a se preservar.

FIGURA 1



Objetos escolares (AECC).

FIGURA 2



Prontuário de alunos (AECC).

4 METODOLOGIA DO PROGRAMA

A metodologia proposta por este programa de educação patrimonial compõe-se do entrelaçamento da Metodologia de Educação Patrimonial, da Pesquisa-ação e da Pedagogia de Projetos.

Esta integração metodológica deve-se ao fato de as mesmas permitirem desenvolver um trabalho de caráter interdisciplinar e transdisciplinar no *locus* escolar, possibilitando solucionar o problema do pouco conhecimento do patrimônio cultural, levantado mediante pesquisa de campo realizada com professores das escolas municipais da cidade de Anápolis.

Entendemos que, para a realização deste programa, não basta o entrelaçamento das metodologias é preciso esforços múltiplos, sensibilização, envolvimento, compromisso entre educadores, educandos, equipe gestora e comunidade local, buscando encontrar, por meio de ações metodológicas e força de vontade dos sujeitos sociais, mecanismos viáveis para transformações e mudanças de *habitus* significativos no que tange a conscientização da importância de se preservar o patrimônio cultural.

Para uma melhor compreensão de como se darão estas ações metodológicas neste programa, detalharemos a seguir cada uma das metodologias.

4.1 Eixos Metodológicos

4.1.1 A Metodologia da Educação Patrimonial

Esta metodologia proporciona o estudo do objeto cultural diretamente na fonte, propiciando a afetividade, a valorização e o conhecimento numa relação sensível/cognitiva, por meio de atividades de percepção/observação, registro, estudo em outras fontes e recriação desse objeto. São conceituadas como “(...) etapas sucessivas de percepção, análise e interpretação das expressões culturais (...)”. (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 10).

As atividades de observação propiciam o desenvolvimento da percepção visual e simbólica e se realizam por meio de exercícios de percepção visual/sensorial, questionamentos, entre outras.

O registro, que pode ser feito através de desenho, de descrições, fotografias, entre outros, desenvolve o pensamento lógico através da descrição.

A exploração utiliza-se de procedimentos da pesquisa, pois envolvem questionamentos, análise do problema, elaboração de hipóteses, coleta de dados e fundamentação em diversas fontes bibliográficas. Essa etapa desenvolve a capacidade de análise.

A apropriação envolve recriação através de diversas linguagens artísticas, tais como a pintura, a escultura, o teatro, a dança, a poesia, entre outras, desenvolvendo os processos interpretativos.

Estas etapas metodológicas de educação patrimonial serão desenvolvidas neste programa de forma integrada e interdisciplinar, visando aos princípios básicos dos Temas Transversais, numa proposta que possibilite ver e sentir o mundo de forma holística, na sua infinita rede de relações e complexidades socioculturais. Contemplando um pouco mais sua abrangência temos que:

A educação patrimonial nada mais é do que uma proposta interdisciplinar de ensino voltada para questões atinentes ao patrimônio cultural. Compreende desde a inclusão, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, de temáticas ou de conteúdos programáticos que versem sobre o conhecimento e a conservação do patrimônio histórico, até a realização de cursos de aperfeiçoamento e extensão para os educadores e a comunidade em geral, a fim de lhes propiciar informações acerca do acervo cultural, de forma a habilitá-los a despertar, nos educandos e na sociedade, o senso de preservação da memória histórica e o conseqüente interesse pelo tema (ORÍ, 2006)⁹.

Com base nessas concepções é que fundamentou-se este Projeto, visando ao despertar do interesse de professores e alunos a respeito deste patrimônio que precisa ser cuidado, protegido, apropriado e preservado. Acreditamos que esta metodologia, peculiar à educação patrimonial, só tem a acrescentar com suas orientações e sugestões de atividades, que usam o próprio patrimônio, seus objetos históricos, suas expressões culturais como recurso didático e fonte primária de conhecimento, tanto de crianças como de jovens e adultos.

⁹ Educação Patrimonial: *conhecer para preservar*.

Disponível em <<http://www.aprendebrasil.com.br>>. Acesso em 10/07/2006.

A educação patrimonial dentro do processo ensino aprendizagem utiliza o método investigatório, em que os sujeitos aprendem, tendo oportunidade de desenvolver suas habilidades por meio de observações, experimentos, hipóteses, deduções, análises e soluções de problemas a partir de um fenômeno cultural colocado à sua frente. Os sujeitos criam os seus conceitos, adquirindo conhecimento crítico, vão se conscientizando e fortalecendo cada vez mais seus valores, suas raízes, seus costumes, sua identidade cultural, vai apropriando-se desse patrimônio, reconhecendo-o como legado que deve ser preservado, como marca e registro de uma cultura própria, múltipla e rica devido a sua diversidade étnica.

Percebendo-se inseridos nesta diversidade acabam por desenvolver valores como tolerância e respeito às diferenças, sentimentos de fortalecimento de identidade individual e coletiva, neste sentido acabam por defender e conquistar interesses comuns, como a necessidade de preservação de uma herança a ser passada por gerações e gerações, como marco histórico da nossa brasilidade.

No trabalho de educação patrimonial, outro aspecto de fundamental importância é o caráter interdisciplinar e transdisciplinar que ela possui, podendo ser aplicado como método em todas as disciplinas do currículo escolar, ou seja, articulando uma nova compreensão da complexidade do tema, entre e para além das disciplinas específicas, objetivando unidade do conhecimento, ultrapassando investigações, agregando assim novos saberes acerca do patrimônio cultural.

4.1.2 Pedagogia de Projetos

A escolha metodológica da pedagogia de projetos na inserção do presente programa de educação patrimonial dá-se também, no sentido de que ela potencializa a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade, permitindo romper com as fronteiras disciplinares, favorecendo o estabelecimento de vínculos entre as diferentes áreas do conhecimento numa situação contextualizada de aprendizagem.

Neste sentido, corroborando com nossas idéias, destacamos a visão de Almeida (2002, p.58), quando aponta que,

(...) o projeto rompe com as fronteiras disciplinares, tornando-as permeáveis na ação de articular diferentes áreas de conhecimento, mobilizadas na investigação de problemáticas e situações da realidade. Isso não significa

abandonar as disciplinas, mas integrá-las no desenvolvimento das investigações, aprofundando-as verticalmente em sua própria identidade, ao mesmo tempo, que estabelecem articulações horizontais numa relação de reciprocidade entre elas, a qual tem como pano de fundo a unicidade do conhecimento em construção.

Outro ponto que favorece o trabalho com a pedagogia de projetos, envolvendo a temática do patrimônio cultural destaca-se pela maneira peculiar que o aluno pode aprender, ou seja, no processo de produzir, de levantar dúvidas, de pesquisar e de criar relações, que o incentivem a novas buscas, descobertas, compreensões e reconstruções do conhecimento. Sendo assim, o professor deixa de ocupar o centro do processo, passando a ser o mediador dessas novas situações de aprendizagem, ou seja, o professor conduz o aluno na busca daquilo que realmente faz sentido para o seu cotidiano.

Percebe-se deste modo que a pedagogia de projetos, além de ser uma forma atraente de se trabalhar os conteúdos das disciplinas, tem sido proposta também como uma mudança na maneira de pensar e repensar a escola e o currículo, a prática pedagógica, o ensino e, em especial, a aprendizagem.

De acordo com Amaral (2000), a pedagogia de projetos, reinterpretada, tem fornecido subsídios para uma pedagogia dinâmica, centrada na criatividade e nas atividades dos aprendizes, numa perspectiva mais de construção do que de transmissão do conhecimento.

Aos nossos olhos, essa metodologia de projetos se apresenta como um caminho para transformar a escola em um espaço aberto à construção de aprendizagens significativas para todos os que dela participam e, dentro do que pretendemos, ou seja, difundir questões pertinentes ao patrimônio cultural. Acreditamos que esses ambientes de aprendizagem colaborativa e cooperativa, auxiliarão bastante na construção de conhecimentos, habilidades e valores dos alunos/investigadores.

O trabalho com projetos obedece a algumas etapas, que são colocadas de formas variadas de acordo com a concepção de determinados autores como Almeida (2002), Machado (2000), Hernández (1998), Nogueira (2001), mas no presente momento nos reportamos à concepção deste último por estar mais próxima ao que acreditamos ser possível realizar neste contexto. Segundo este autor, as etapas do desenvolvimento de um projeto são: planejamento, montagem e execução, depuração, apresentação, avaliação e crítica.

No planejamento o aprendiz estabelece os primeiros procedimentos para o desenvolvimento do projeto, estabelecendo uma seqüência lógica de como será a estrutura de seu produto final, bem como a disposição dos conteúdos referentes ao tema em questão.

Na fase de montagem e execução, inicia-se o processo de investigação propriamente dito. Aqui acontece uma estruturação do planejamento sem engessamento de procedimentos para não perder a sua capacidade criadora. Os professores/facilitadores levantam questionamentos aos alunos/investigadores sobre o tema, indagando O quê? Como? Por quê? Quando? Quem? Quais recursos serão necessários para a realização do projeto?

Constatada a elaboração do planejamento pelos alunos/ investigadores, definido os conteúdos e atividades a ser tratado acerca do tema escolhido, o próximo passo é a sua execução. Neste momento a participação do facilitador é imprescindível como membro ativo e participante do grupo, pois ele será quem há de auxiliar na disponibilização dos recursos materiais e humanos necessários à montagem do projeto.

Depois de executado e criado dentro do planejado, inicia-se a etapa de depuração. Esta é uma etapa de auto-avaliação e autocrítica, em que os ajustes poderão ocorrer. Neste momento, o investigador deverá olhar seu produto, supostamente acabado, refletir criticamente sobre ele e alterá-lo, se julgar necessário. Esta etapa dá oportunidade ao investigador de olhar analiticamente seu projeto, buscando a melhoria e a qualidade de seu produto final.

Na fase de apresentação, toda a criação e depuração do projeto já foram realizadas, e o aluno/investigador poderá expor, apresentar ou disponibilizar seu produto. Depois de todas as etapas percorridas nesse processo, é necessário que o investigador possa apresentar à comunidade seu produto final. Nesta fase é feita a operacionalização do processo de apresentação, cujas estratégias já foram anteriormente discutidas na etapa de planejamento. Nogueira (2001) sugere que nesse processo de apresentação/exposição o professor poderá também estar realizando a avaliação, não só do produto final em si, mas principalmente, de tudo o que foi aprendido durante o desenvolvimento do projeto, e que nesse momento está sendo colocado diante dos espectadores da apresentação.

A etapa de avaliação e crítica tem como finalidade a análise e reflexão sobre o produto final, questionando sua qualidade e apresentando soluções de melhoria para

projetos subseqüentes. Considerando que o objetivo não é apenas o produto final, mas também e principalmente todo o aspecto pedagógico envolvido na metodologia de projetos é que se justifica mais essa etapa, onde o aluno/investigador poderá analisar as falhas, procurando corrigir os erros para trabalhos posteriores. A autocrítica e auto-avaliação dos professores, examinando a turma, seus respectivos projetos e produtos são considerados de extrema importância nessa fase final.

Ressaltamos que a metodologia da educação patrimonial, a pedagogia de projetos e os temas transversais não se finalizam com a prática dos seus projetos de trabalhos, pelo contrário, precisam ser inseridos a cada início de ano letivo, no momento do planejamento escolar, pois essas metodologias por serem de natureza interdisciplinar, estão também ligadas a temas sociais urgentes, experimentados pelos agentes investigadores a todo o momento em seu cotidiano, tornando-se assim de fundamental importância serem transformados por meio de projetos numa visão transdisciplinar.

4.1.3 A Pesquisa-ação

A metodologia da pesquisa-ação nesse programa de educação patrimonial subsidiará nossos estudos nas várias realidades sócio-culturais das comunidades escolares onde o programa se desenvolverá. Esta metodologia possibilitará à equipe executora conhecer sobre cada realidade e aos envolvidos no processo, mudanças de *habitus* perante a concepção do patrimônio cultural.

A pesquisa-ação está caracterizada por várias correntes, desde a década de 50, como uma série de ações que envolvem sempre um plano de ação, que se baseia em objetivos, em um processo de acompanhamento e controle da ação planejada e no relato concomitante desse processo. Este tipo de pesquisa recebe também o nome de intervenção. (ANDRÉ, 1995).

Assim caracterizada, tal metodologia é considerada uma pesquisa científica envolvente e de interação, pois exige a participação constante do pesquisador e dos participantes em diferentes fases da pesquisa.

Segundo Thiollent (2003), a pesquisa-ação é uma metodologia contrária à concepção da pesquisa tradicional, estando na linha interpretativista, de natureza

argumentativa, exige observações da realidade e prováveis ações transformadoras. Seu planejamento, mesmo sendo flexível, não seguindo fases ordenadas ou rígidas no seu desenvolvimento metodológico, implica a definição prévia das ações, dos agentes, dos objetivos e dos problemas.

Todas as ações envolvidas nos processos de educação patrimonial, integradas à pedagogia de projetos, devem ser articuladas aos procedimentos de observação/interação/intervenção, entrevistas, análise de documentos e histórias de vida que compõem a pesquisa-ação a fim de criar um espaço diagnóstico de percepção cultural, permitindo a investigação sem preconceitos, a discussão e o amadurecimento coletivo de possíveis soluções para os problemas detectados.

A pesquisa-ação tem sido concebida principalmente como metodologia de articulação do conhecer e do agir (no sentido de ação social, ação comunicativa, ação pedagógica, ação militante, etc.). De modo geral, o agir remete a uma transformação de conteúdo social, valorativamente orientada no contexto da sociedade. Paralelamente ao agir existe o fazer que corresponde a uma ação transformadora de conteúdo técnico delimitado. Sem separarmos a técnica do seu conteúdo sócio-cultural, precisamos dar mais atenção ao fazer e ao saber fazer que, por enquanto, foram entregues aos “técnicos” e aos outros especialistas que compartilham de uma visão tecnicista das atividades humanas. (THIOLLENT, 2003, p. 100).

Os métodos de pesquisa-ação permitirão que cada etapa seja planejada, executada e avaliada com a efetiva participação da equipe de trabalho envolvida em parceria com os atores sociais da região, num processo de ação – avaliação – ação permanente. Tais procedimentos aliados permitirão e provocarão o exercício dialógico de interação cultural, iniciando pelo estudo das identidades culturais que compõem as comunidades participantes do programa. Portanto, o princípio da interculturalidade é um aspecto importante a ser trabalhado neste programa com o objetivo de se evitar preconceitos sociais e isolamentos prejudiciais à sociedade.

A troca entre culturas, as mais diferentes entre si, pode ser uma contribuição positiva contra aquelas tendências que estão se afirmando pelo fechamento etnocêntrico, as novas ondas racistas que bloqueiam a identidade de indivíduos, grupos, classes, etnias em cânones já estabelecidos, fechados, nunca abertos à experimentação das diversidades, à mudança, portanto. (CANEVACCI, 1996, p. 13).

Fazendo uso desses métodos, buscaremos também, promover a percepção e a compreensão da cultura dos povos que habitaram a região no passado, bem como da cultura dos grupos sociais que hoje a habitam a fim de propiciar a interculturalidade entre

os referidos grupos, pois deste modo será possível produzir mudanças sociais e cidadãos conscientes capazes de preservar o patrimônio que é de todos.

Compreende-se, portanto, que o processo ensino-aprendizagem no âmbito escolar, nos trabalhos pertinentes à promoção de cidadania e reconhecimento do patrimônio cultural neste Projeto, demanda tempo necessário e planejamento para obtenção de resultados significativos. Portanto, as ações a serem desenvolvidas se concretizar-se-ão num período mínimo de dois anos e seguirão o perfil já delineado linhas acima, estando organizadas por etapas, onde a sua concepção, execução e avaliação poderão ser visualizadas no plano geral das atividades que se seguem.

4.2 Metodologia Operacional

4.2.1 Construção de parcerias

Um dos primeiros passos para sua implementação volta-se à existência de uma vontade política e conseqüentemente do estabelecimento de parcerias entre instâncias federais, estaduais e municipais, envolvendo a Prefeitura Municipal de Anápolis e Secretarias de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, de Turismo e de Meio Ambiente; o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira (AGEPEL); o Instituto Goiano de Pré-história e Antropologia da Universidade Católica de Goiás (IGPA/UCG); o Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás (UFG); a Universidade Estadual de Goiás (UEG); a Unievangélica; apoio e incentivo de empresas privadas do Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA) e região; ONGs.

O projeto será apresentado ao Conselho Municipal de Educação de Anápolis para as devidas apreciações e, sendo aprovado como um projeto institucional de ensino, a ser trabalhado nas unidades escolares da rede municipal de ensino dessa cidade é que faremos contato com as instituições referendadas, mediante ofícios e sua apresentação pessoal.

Contaremos com o apoio de alguns projetos e programas que têm sido desenvolvidos nas secretarias da Educação, onde temos o “Programa Escola Viva”; na secretaria da Ciência e Tecnologia o “Programa Expresso Digital” e na secretaria da Cultura a parceria de um Projeto intitulado de “Cultura em Movimento” que traz ações educativas e culturais como: “Viagem Literária”, “A Escola vai ao Teatro”, “Canto Coral”,

“Passeio Cultural”, “Mostra de Cinema”, “Museu História Viva”, “Artes Plásticas nas Escolas” que estarão sendo somadas ao Programa de Educação Patrimonial.

4.2.2 Composição da equipe de coordenação geral do Projeto

Partindo do estabelecimento dessas parcerias, o próximo passo seria então a composição da equipe de coordenação geral do projeto, bem como o grupo tarefa de pesquisa-ação, formada por gestores do patrimônio cultural e profissionais da educação e da cultura, encarregada de elaborar e implementar o projeto de pesquisa-ação e de acompanhamento e avaliação de desenvolvimento de todas as ações realizadas durante a execução do mesmo, nas unidades escolares participantes.

4.2.3 Sensibilização e divulgação do Projeto

Determinada a equipe que estará à frente neste projeto, a etapa seguinte dar-se-á, inicialmente, na apresentação, sensibilização e esclarecimento sobre a relevância política, social e cultural do tema, contando com a vontade, interesse e compromisso na participação conjunta das ações estabelecidas para o desenvolvimento do Projeto.

Sendo assim, torna-se importante a divulgação do mesmo, partindo de encontros e reuniões pedagógicas com o grupo de gestores e coordenadores de cada unidade escolar, procurando, por meio de amostragem, revelar os resultados da pesquisa de campo sobre a temática patrimônio cultural, realizada com os professores da rede, justificando o porquê da realização deste projeto, bem como a necessidade de capacitação dos educadores sobre o tema em questão, ressaltando antes de qualquer coisa, que a necessidade de uma formação nesta área do patrimônio é uma reivindicação dos próprios professores, durante as entrevistas e aplicação de questionários respondidos pelos mesmos. Alguns desses resultados já foram mencionados anteriormente na parte da justificativa do Projeto, outras tabelas e gráficos, pertinentes à pesquisa de campo que despertarem curiosidade estarão disponíveis na seção do apêndice 2, deste Projeto.

4.2.4 A capacitação dos professores

A realização do presente Projeto, tendo como proposta um ensino voltado a educação patrimonial, com um trato interdisciplinar sobre questões atinentes ao patrimônio cultural, vincula-se ao trabalho pedagógico dos educadores.

Para que estes possam desenvolver em sua prática pedagógica o exercício de cidadania com o universo escolar que convivem, ou seja, crianças, adolescentes, jovens e adultos, construindo o conhecimento e valorização dos bens culturais que compõem nosso multifacetado patrimônio histórico nacional, torna-se necessário uma preparação acerca da temática patrimônio cultural e educação patrimonial, bem como de orientações metodológicas de como se trabalhar este mesmo contexto adaptando-os de acordo com a capacidade cognitiva de cada faixa etária dos alunos.

Esta preparação dar-se-á por meio de cursos de capacitação de professores, quando receberão orientações teóricas e práticas de profissionais habilitados na área de gestão do patrimônio cultural e da educação.

Durante a capacitação, espera-se ampliar a visão conceitual sobre patrimônio cultural, suas denominações tais como patrimônio material e imaterial, tangível e intangível, memória, identidade, cultura, cultura material escolar, diversidade cultural, cidadania, preservação, tombamento dentre outras de tamanha importância, além de reverem questões específicas da educação como currículo escolar, temas transversais, PCN's, interdisciplinaridade, transdisciplinaridade, elaboração de projetos, formas de avaliação etc.

Pretendemos elaborar conjuntamente com os professores e alunos um material de apoio pedagógico, que instrumentalize e direcione algumas das variadas atividades educativas, possíveis de serem realizadas na perspectiva da educação patrimonial. Seria um guia, cartilha, revista, livro de literatura, gibi ou similar, contendo: palavras cruzadas, labirinto, jogo dos sete erros, charges, história em quadrinhos, jogos e brincadeiras como passatempo, curiosidades sobre o patrimônio tangível e intangível, meio ambiente, maneiras de preservação, divulgação de sites dos órgãos que defendem o patrimônio e o meio ambiente (IPHAN, UNESCO, IBAMA), ONG's.

Este material, segundo uma visão pedagógica, deve estar adaptado a cada série/ano dos alunos, sendo ao mesmo tempo educativo, informativo, lúdico, criativo e reflexivo, proporcionando conhecimento e aprendizagem prazerosa e significativa aos educandos.

A capacitação estará focada na metodologia da educação patrimonial tendo como norteador de atividades o Guia Básico de Educação Patrimonial, criado pelo IPHAN em 1999, que possui maneira peculiar de tratar a temática em questão, sendo assim, os professores estarão sendo auxiliados através de aulas teóricas e práticas, com palestras, seminários, oficinas, experimentos, visitas técnicas, simulações e apresentações. As atividades propostas no curso poderão ser aplicadas gradativamente nas salas de aulas desses professores, sendo repassadas, nos momentos pedagógicos que acontecem quinzenalmente, aos demais, que não tiveram oportunidade de se inscreverem, devido número limitado de vagas, que atenderá no primeiro momento 70 professores, estendendo a cada semestre por meio de formação continuada, até atingir o número de 280 professores.

Estes, uma vez capacitados, serão multiplicadores da metodologia em suas unidades escolares, passando os conhecimentos adquiridos para a coordenação pedagógica e equipe de professores, que por meio de um trabalho conjunto, estarão buscando desenvolver projetos interdisciplinares, como prática pedagógica, com a participação das comunidades escolares sobre questões patrimoniais.

Ressaltamos a importância de inserir tais projetos de educação patrimonial no planejamento anual e no projeto político pedagógico de cada escola, por se tratar de um tema social relevante, e por demandar certo tempo para obtenção de resultados significativos no processo ensino-aprendizagem.

As ações, atividades e projetos desenvolvidos nas escolas referentes à educação patrimonial serão avaliados pela equipe de coordenação geral e receberão apoio técnico-pedagógico do grupo-tarefa especializado em acompanhar e pesquisar todo o processo de desenvolvimento do programa, apontando caminhos, aparando falhas, ajustando e divulgando os resultados por meio de visitas pedagógicas rotineiras e observações, questionários, relatórios e momentos de encontros de grupos focais, buscando centralizar as ações e resultados por meio da pesquisa-ação. Vale ressaltar, que o processo avaliativo será contínuo, uma vez que a pretensão é obter parâmetros de mensuração de resultados a curto, médio e longo prazo, cabendo assim o uso de instrumentos e formas diferenciadas de avaliação.

A culminância de todos os projetos elaborados no decorrer do curso, vivenciados no cotidiano escolar, acontecerá por meio de exposição cultural, tendo em vista premiações dos três melhores projetos. O espaço, data e local para a realização deste evento serão definidos posteriormente pela equipe organizadora do programa de educação patrimonial.

O programa pretende capacitar, por meio de cursos de formação continuada, cerca de 280 professores da rede municipal de ensino, durante um período de dois anos, ou seja, a cada semestre serão oferecidas mais 70 vagas aos professores. Mediante a repercussão do mesmo poderão expandir e atender educadores de outras instituições de ensino formal como as estaduais, particulares, universidades dentre outras que se interessarem, até mesmo instituições de ensino não formal, como empresas privadas e ONG's.

Maiores detalhes sobre a estruturação do curso de capacitação para os professores da rede municipal de ensino de Anápolis podem ser consultados na parte específica de apêndices deste Projeto de pesquisa.

4.2.5 Ações do grupo tarefa pesquisa-ação

O grupo tarefa, composto por gestores do patrimônio e educadores terá função marcante que sustentará todo o desenvolvimento do programa, tendo como meta principal desde o planejar, o executar e o avaliar, seguindo um processo de ação – avaliação – ação permanente. Enumerando essas ações do grupo tarefa dentro da metodologia da pesquisa-ação teremos:

- Conhecer cada realidade escolar e interagir participando conjuntamente das ações de atividades de Educação Patrimonial.
- Traçar coletivamente o plano de ação a ser aplicado de acordo com o programa.
- Fazer acompanhamento e controle das ações planejadas e das prováveis transformações.
- Relatar e avaliar resultados fazendo intervenções quando necessário.
- Propor momentos de discussão e amadurecimento coletivo num espaço diagnóstico de percepção cultural na busca de soluções de problemas.
- Levar apoio pedagógico às escolas, incentivando projetos e trabalhos voltados à temática do programa, enaltecendo a interculturalidade, a diversidade cultural, a cidadania, a identidade cultural, os temas transversais buscando atingir mudanças sociais.

4.2.6 Sistematização e divulgação do programa

Inicialmente pensamos na implantação deste programa em nível municipal, atingindo professores, alunos e comunidade escolar da rede municipal de ensino da cidade de Anápolis sobre a importância de conhecer e preservar os bens culturais, ou melhor, o patrimônio cultural na perspectiva da educação patrimonial.

Os trabalhos, atividades, ações e projetos criados durante a realização deste programa que sobressaírem, serão divulgados através de gincanas culturais interescolares, feiras culturais, exposições, apresentações artísticas e culturais; na mídia através de sites da própria cidade, das secretarias de educação e comunicação; emissora de TV, rádios e jornais.

Conforme repercussão do programa, estaremos divulgando e apresentando as propostas à Secretaria Estadual de Educação, instituições particulares de ensino e em outras instâncias do universo acadêmico, principalmente nas faculdades e universidades que vinculem parcerias e oferecerem cursos de áreas afins com o tema abordado.

Outra possibilidade de divulgação de experiências seria a participação da equipe do programa em grupos de trabalhos de pesquisas acadêmicas e de pós-graduação, como por exemplo, simpósios, colóquios, seminários, conferências que tratem de questões referentes ao patrimônio cultural.

As escolas, cujos projetos de educação patrimonial que mais se destacarem a nível municipal, estarão sendo incentivadas pela equipe executora e grupo tarefa, a se inscreverem em programas maiores, a nível estadual e nacional, patrocinados pelo Ministério da Cultura – Minc, que tem priorizado a construção e implementação de políticas claras e duradouras para a área cultural, apoiando projetos culturais por meio da Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei nº 8.313/91), Lei do Audiovisual (Lei nº 8.685/93) e também por editais para projetos específicos, lançados periodicamente.

Esse esforço do Ministério tem por finalidade evitar a sazonalidade, reforçar o foco no cidadão, sedimentando uma orientação pública de longo prazo em favor da cultura. Estas políticas visam à valorização da diversidade, das expressões e dos valores culturais, da inclusão social por meio da cultura e sustentabilidade econômica.

Neste sentido vêm ao encontro das propostas deste programa em divulgar, compartilhar e disseminar as ações e experiências no que tange o patrimônio cultural.

5 RESULTADOS ESPERADOS COM A REALIZAÇÃO DO PROGRAMA

- Realização de atividades de educação patrimonial com professores da rede municipal de ensino de Anápolis.
- Inserção da metodologia da educação patrimonial e pedagogia de projetos nos currículos escolares, bem como desenvolvimento de ações educativas no cotidiano escolar conjuntamente com os alunos e a comunidade escolar.
- Interação entre o universo escolar, a população, a educação patrimonial e o patrimônio cultural nas atividades proporcionadas.
- Participação ativa da escola, educadores, educandos e comunidade local nas políticas educacionais e culturais da cidade.
- Realização de encontros, fóruns, seminários, simpósios, debates, conferências, congressos na divulgação de experiências e promoção do conhecimento a respeito do patrimônio cultural.
- Reconhecimento da própria identidade cultural, contribuindo na melhoria da qualidade de vida, auto-estima dos cidadãos, despertando atitudes de cidadania e respeito à diversidade cultural.
- Conscientização da importância de se conhecer, apropriar para preservar o patrimônio cultural.
- Incentivo a trabalhos e pesquisas acadêmicas referentes à área do patrimônio e meio ambiente.
- Elaboração de material de apoio didático sobre educação patrimonial e patrimônio cultural.
- Redução de impactos negativos (deprecação, pichação, destruição) causados pelo desconhecimento dos bens culturais, contribuindo para atitudes de valorização e preservação desses bens.
- Incentivo à participação e inscrição dos projetos de educação patrimonial escolares a programas de incentivo à cultura liderados pelo Ministério da Cultura – Minc, IPHAN e UNESCO, tais como “Cultura Viva”, “Tesouros do Brasil”, “Monumenta”, entre outros.

5.1 Impactos com a não realização do Programa

Acredita-se que, com a não realização do programa de educação patrimonial aumentarão consideravelmente os impactos negativos, fortalecendo ainda mais:

- o desconhecimento do patrimônio cultural, dando margem em muitos casos a atitudes de vandalismo (depredações, pichações, destruições de bens públicos), desvalorização e insatisfação em ter que preservar o patrimônio;

- a exclusão social e cultural;

- o desrespeito pela diversidade cultural;

- a morosidade no reconhecimento da identidade cultural;

- tendência a permanecerem práticas pedagógicas engessadas em metodologias tradicionais, disciplinares, cumpridoras de um currículo determinado, sem que ultrapasse os muros escolares, atendendo as necessidades de ampliar os conhecimentos extra-curriculares.

5.2 Efeito multiplicador do Programa

Espera-se com a realização do programa de educação patrimonial na cidade de Anápolis abrir caminhos para que educadores, alunos e comunidades locais sensibilizados com as questões patrimoniais, compartilhem dos conhecimentos adquiridos acerca do patrimônio cultural, sendo disseminadores, multiplicadores, despertando nos demais a consciência necessária para agirem como verdadeiros guardiões desse patrimônio.

As contribuições deste programa, para que se processe um efeito multiplicador não somente em nível municipal, como também estadual e regional, são as seguintes:

- o próprio curso de capacitação atendendo gradativamente educadores e educandos, principalmente as crianças que ocupam papel significativo enquanto multiplicadores na integração escola-família.

- as apresentações e exposições das ações e atividades de educação patrimonial em gincanas culturais interescolares, feiras culturais, expressões artísticas e culturais;

- a divulgação do programa através da mídia local (internet, TV, rádio, jornal, cartazes); repercussão dos resultados do programa em outras esferas educacionais como

estaduais, particulares, universo acadêmico que mostrarem interesse pelo tema nos cursos oferecidos pela instituição;

- participação e expansão das experiências do programa em simpósios, colóquios, seminários, conferências que tratem de questões referentes ao patrimônio cultural;

- através do incentivo dado às escolas em inscreverem seus projetos de educação patrimonial, intrínsecos a este programa, em projetos e programas maiores patrocinados pelo Ministério da Cultura – Minc;

- estender a idéia do programa a outros municípios circunvizinhos.

6 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

O programa de educação patrimonial será avaliado internamente pelos participantes envolvidos desde o início de sua implantação, mediante um planejamento estratégico elaborado em equipe envolvendo também alguns representantes das parcerias que se fizerem.

Os mecanismos do processo de avaliação do programa serão a curto, médio e longo prazos e dar-se-ão por meio de reuniões periódicas (mensais, bimestrais, anuais), relatórios e grupos focais que discutirão, verificarão e monitorarão toda execução e andamento do cronograma, o nível de satisfação, o cumprimento dos objetivos, se estão ou não sendo alcançados de forma significativa, as metas e os orçamentos.

A avaliação externa se faz necessária para o progresso do programa e acontecerá por intermédio do grupo tarefa pesquisa-ação, que agirá num processo de pesquisa investigatória, onde observará e participará das ações educativas, aplicando questionários, realizando entrevistas, fazendo relatórios das unidades escolares que fizerem adesão ao programa e de demais instituições que mantiverem parcerias.

A meta do grupo tarefa pesquisa-ação neste processo avaliativo é priorizar os problemas encontrados na interação com os sujeitos envolvidos a fim de alcançar os resultados que partirão de análises do que foi proposto nos objetivos, do que foi realizado, a eficiência da execução, a eficácia, os custos e os benefícios.

O programa, conforme recursos disponíveis, poderá ainda contratar uma equipe externa de consultoria para avaliar anualmente de forma mais abrangente sobre o impacto causado pela implantação do programa na cidade de Anápolis.

7 ORÇAMENTO

<i>DESCRIÇÃO</i>	<i>QUANTIDADE</i>	VALOR
Palestrantes/ instrutores convidados	3	R\$ 2.040,00
Consultores	1	R\$ 500,00
Produtor de vídeo e fotografia	1	R\$ 500,00
SUBTOTAL	–	R\$ 3.040,00
<i>DESCRIÇÃO</i>	<i>QUANTIDADE</i>	VALOR
Materiais para curso de capacitação	–	R\$ 786,00
Materiais de divulgação (baneers, folderes, cartazes, faixas)	–	R\$ 1.500,00
Impressos gráficos (confeção de material didático)	1000 unidades	R\$ 2.500,00
SUBTOTAL		R\$ 4.786,00
<i>DESCRIÇÃO</i>	<i>QUANTIDADE</i>	VALOR
Passagens aéreas	2 passagens	R\$ 2.000,00
Diárias	7 diárias	R\$ 700,00
Transporte para visitas técnicas	–	R\$ 1.000,00
Coquetel	80 pessoas	R\$ 500,00
SUBTOTAL		R\$ 4.200,00
TOTAL		R\$ 12.026,00

Fonte: Pesquisa de campo da autora (2007).

8 CRONOGRAMA GERAL DO PROGRAMA

Etapas das atividades	OUT 2007	NOV 2007	DEZ 2007	FEV 2008	MAR 2008	ABR 2008	MAI 2008	JUN 2008	AGO 2008	SET 2008	OUT 2008	NOV 2008	DEZ 2008
Composição da equipe de coordenação geral e grupo-tarefa de apoio pedagógico.	X												
Estabelecimento de parcerias com outros órgãos e instituições.	X	X											
Reuniões pedagógicas para discussão, sensibilização e mobilização da proposta do Projeto ao grupo gestor das unidades escolares.		X	X										
Adesão das unidades escolares ao Projeto e inscrições para o curso de capacitação			X										
Confecção de materiais impressos para divulgação e recursos didáticos a serem utilizados durante o curso.			X	X	X								
Capacitação dos professores				X	X	X	X						
Avaliação de relatórios e resultados das ações desenvolvidas no Projeto							X						X
Elaboração e aplicação de projetos elaborados nas unidades escolares.					X	X	X	X	X	X	X	X	X

Fonte: Pesquisa de campo da autora (2007).

9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, R.; CHAGAS, M. (orgs). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro, DP&A, 2003.

ALMEIDA, M.E.B. de. *Como se trabalha com projetos* (Entrevista). *Revista TV ESCOLA*. Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, SEED, nº 22, março/abril, 2002.

AMARAL, Ana Lúcia. *Conflito conteúdo/ forma em pedagogias inovadoras: a pedagogia de projetos na implantação da escola plural*. Disponível em < <http://www.anped.org.br>> acesso em 03/10/2006.

ANDRÉ, M.E.D.A. *Etnografia da prática escolar*. Campinas, São Paulo, Papirus, 1995. Série Prática Educativa.

ATAÍDES, J. M.; MACHADO, L. A.; SOUZA, M. A. T. *Cuidando do patrimônio cultural*. 2. ed. Goiânia, Ed.da UCG, 2006, 40 p.

BALESTRA, R.C.C.C. *Centro de Educação Patrimonial-CEP-Cidade de Goiás-GO*. Projeto de gestão (Mestrado Profissionalizante do Patrimônio Cultural), UCG, Goiânia, 2005.

BESSEGATO, M. L. *O patrimônio em sala de aula: fragmentos de ações educativas*. Porto Alegre, Evangraf, 2 ed., 2004, 80 p.

BEZERRA, M. Educação [bem] patrimonial na escola. In: Najjar, J.; Camargo, S.. (Org.). *Educação se faz (na) política*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense - EdUFF, 2006, v. , p. 79-97.

_____. “O público e o patrimônio arqueológico: reflexões para a arqueologia pública no Brasil”. *Revista Habitus*, UCG. v.1, n.2, jul/dez. 2003. p.275-296.

BORGES, H.C. *História de Anápolis*. Goiânia, Ed. CERNE, 1975.

BOURDIEU, P. *A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura*. In: NOGUEIRA, M. A (Orgs.) *Escritos de Educação*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

BRANDÃO, C. R. *O que é educação?* 42 ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos temas transversais*. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural e orientação sexual*. Secretaria de Educação Fundamental. 3 ed. Brasília: MEC/SEF, 2001.

_____. *Coletânea de Leis sobre preservação do Patrimônio*. IPHAN/ Ministério da Cultura. Rio de Janeiro, 2006. 320 p.

CANEVACCI, M. *Sincretismos: uma exploração das hibridações culturais*. São Paulo, Studio Nobel, 1996.

DAMATTA, R. *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. Petrópolis, Vozes, 1981, 248 p.

DAYRELL, J. A escola como espaço sócio-cultural. In: *Múltiplos olhares sobre a educação e cultura*. Belo Horizonte, UFMG, 1996.

FERNANDES, R; FELGUEIRAS, M.L.(org.). A escola primária: entre a imagem e a memória. Projecto “Museu Vivo da Escola Primária. Porto, 2000. In: *Revista Pro-posições*. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. Campinas, São Paulo, v. 16, n. 1 (46) jan./abr., 2005.

FERREIRA, H.J. *Anápolis, sua vida, seu povo*. Goiânia, Ed.BRASÍLIA, 1981.

FILHO, L. M. F. Conhecimento e cultura na escola: uma abordagem histórica. In: DAYRELL, Juarez (Org.). *Múltiplos olhares sobre educação e cultura*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 1996. p. 127-193.

FILHO, M. F. L; BEZERRA, M. (orgs). *Os Caminhos do Patrimônio no Brasil*. Goiânia, Alternativa, 2006, 194 p.

FONSECA, M.C.I. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro, UFRJ, IPHAN, 1997. 316p.

FORQUIN, J. *Escola e cultura. As bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1993.

- FREIRE, P. *Educação e Mudança*. vol. 1, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.
- _____. *Pedagogia do Oprimido*. 32 ed. São Paulo, Paz e Terra, 2002.
- _____. *Educação como prática da liberdade*. 14 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.
- _____. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo, Paz e Terra, 1997.
- FUNARI, P.P.A; PINSKY, J. (Orgs.). *Turismo e Patrimônio Cultural*. São Paulo, Contexto, 2001.
- FUNARI, P.P.A. *Arqueologia*. São Paulo, Princípios, 1999.
- FUNARI, P.P.A; ZARANKIN, A. Cultura Material Escolar: O papel da arquitetura. *Proposições*, São Paulo, v.16,n1 (46), p.135-144, jan./abr.,2005.
- GALLO, S. *Transversalidade e Educação: pensando uma educação não disciplinar*. São Paulo, Cortez, 1990.
- GEERTZ, C. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978.
- GONÇALVES, J.R.S. *A Retórica da Perda - Os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1996.
- _____. Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais. In: ESTERCI, Neide; FRY, Peter e GOLDENBERG, Mirian (org.). *Fazendo Antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro, DP&A, 2001.
- GONTIJO, R. *Identidade Nacional e Ensino de História: Adversidade como 'patrimônio sociocultural'*. IN: ABREU, M.; SOIHET, R. (orgs) *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro, Casa de Palavra, 2003, p. 55-79.
- HERNÁNDEZ, F. *Transgressão e Mudança na Educação: os projetos de trabalho*. Porto Alegre, Artmed, 1998.
- HORTA, M.L.P.; GRÜNBERG, E.; MONTEIRO, A.Q. *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Brasília: IPHAN, Museu Imperial, 1999.
- Jornal O Centenário*. Ano 1, n. 2, maio, 2005, Anápolis- GO.

JULIA, D. *A cultura escolar como objeto histórico*. Revista Brasileira de História da Educação, Campinas, n. 1, p. 9-44, 2001.

_____. Disciplinas escolares: objetivos, ensino e apropriação. In: LOPES, A.; MACEDO, E. (Org.) *Disciplinas e integração curricular: história e políticas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 37-72.

KUPER, A. *Cultura: a visão dos antropólogos*. Bauru, Edusc, 2004.

LARAIA, R.B. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2002.

LEMOS, C. *O que é patrimônio cultural?* São Paulo, Brasiliense, 1985.

LIMA, S. W. *Por uma gestão do patrimônio cultural na escola*. Dissertação (Mestrado Profissionalizante do Patrimônio Cultural), UCG, Goiânia, 2004.

MACHADO, M.B.P. *Educação Patrimonial: orientações para professores do ensino fundamental e médio*. Caxias do Sul. Maneco Livr. & Ed. , 2004.

MACHADO, N. J. *Educação: projetos e valores*. São Paulo, Escrituras Editora, 2000.

NAJJAR, J; CAMARGO, S. (orgs). *Educação se faz (na) política*. Niterói, Rio de Janeiro, Ed. UFF, 2006.

NOGUEIRA, N.R. *Pedagogia dos Projetos: uma jornada interdisciplinar rumo ao desenvolvimento das múltiplas inteligências*. São Paulo, Editora Érica, 2001.

ORIÁ, Ricardo. *Educação patrimonial: conhecer para preservar*. Disponível em < <http://www.aprendebrasil.com.br> > acesso em 12/06/2006.

PEDREIRA, A C. *O sítio arqueológico e histórico de Pontal: Educação Patrimonial e perspectivas de valorização do patrimônio cultural de Porto Nacional – TO*. Projeto de gestão (Mestrado Profissionalizante do Patrimônio Cultural), UCG, Goiânia, 2005.

Pro-posições. Revista Quadrimestral da Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. Campinas, São Paulo, v. 16, n. 1 (46) jan./abr., 2005.

QUEIROZ, M.N. A educação Patrimonial como Instrumento de Cidadania. Artigo da *Revista Museu*. Disponível em: <http://www.revistamuseu.com.br>>2004.

RODRIGUES, M. Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo. In: FUNARI, Pedro Paulo e PINSKY, Jaime (Orgs.). *Turismo e Patrimônio Cultural*. São Paulo, Contexto, 2001.

_____. Patrimônio, idéia que nem sempre é prática. In: *A construção da cidade*. Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico Distrito Federal, Brasília, 1998.

SEVERINO, A.J. *Metodologia do trabalho científico*. 22ª ed. São Paulo, Cortez, 2002.

SOARES, A. L. R. *Educação patrimonial: relatos e experiências*. Santa Maria, Ed. UFMS, 2003.

THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. 12 ed. São Paulo, Cortez, 2003.

VIÑAO FRAGO. El espacio y el tiempo escolares como objeto histórico. *Contemporaneidade e Educação*. Ano V, No. 7, 1º Semestre de 2000. p. 93 - 110.

APÊNDICE

Apêndice 01. Estrutura do Curso de Capacitação

1. Da caracterização:

1.1 Tema: “Educação Patrimonial: um convite à leitura do patrimônio cultural do município de Anápolis”.

1.2 Justificativa

A ausência da temática sobre o patrimônio cultural no currículo escolar e na prática pedagógica dos professores da rede municipal de ensino de Anápolis justifica a necessidade deste projeto, objetivando a formação de professores para atuarem como multiplicadores na perspectiva da educação patrimonial, que é levar crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural.

Neste sentido, acreditamos que educar para e com o patrimônio é abrir caminhos de construção da cidadania, onde os “herdeiros” são os protagonistas de suas próprias histórias, tendo oportunidade de explorar, pesquisar e desbravar sobre os bens culturais, as memórias de um passado que se faz presente, as expressões culturais, os saberes e fazeres de um povo, dando sentido à compreensão de sua identidade cultural, inserida numa brasilidade múltipla e plural.

Portanto, tais ações educativas voltadas para o reconhecimento, valorização e preservação do patrimônio cultural tangível e intangível, tanto local, como regional e nacional, não depende exclusivamente da vontade e esforço dos educadores municipais, torna-se necessária a integração de instituições educacionais, culturais e ambientais, por meio de ações conjuntas, visando o patrimônio cultural de nossa cidade, como herança de todos nós.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

Qualificar os educadores do ensino fundamental através de curso de formação continuada, na proposta metodológica da educação patrimonial, pedagogia de projetos e pesquisa-ação sobre questões pertinentes ao Patrimônio Cultural, bem como de seu conhecimento, reconhecimento, valorização e preservação para atuarem como

multiplicadores, através do desenvolvimento de projetos e práticas pedagógicas com enfoque transversal e interdisciplinar, nas escolas da rede municipal de ensino de Anápolis.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Desenvolver conteúdos, metodologias, materiais didáticos, projetos, recursos humanos e sistema de avaliação de educação patrimonial significativos no processo ensino-aprendizagem e no cotidiano de vida dos educandos.
- Conhecer e aplicar as noções sobre cultura, identidade, memória, patrimônio e suas classificações, maneiras de preservação, a metodologia da educação patrimonial e de trabalho de projetos.
- Promover a identificação e reconhecimento dos bens culturais e objetos históricos a partir da cultura material escolar.
- Ampliar conhecimentos básicos sobre a cidade de Anápolis, sua história, cultura, tradições e memórias no contexto da educação patrimonial.
- Alertar para a importância de se conhecer e preservar o patrimônio, contribuindo assim na construção de processos formadores de cidadania.
- Incentivar a elaboração de projetos nas escolas com a temática patrimônio cultural, bem como suas inscrições em programas do Ministério da Educação e Cultura.
- Conhecer por meio de visitas técnicas alguns lugares de memória tombados em nível municipal, estadual e federal como recursos a serem utilizados na prática pedagógica enriquecendo os conteúdos curriculares.

1.4 Clientela alvo

Professores do ensino fundamental da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Anápolis e profissionais das instituições envolvidas na execução deste Projeto.

1.5 Número de vagas

Serão oferecidas 70 (setenta) vagas aos professores da rede municipal de ensino de Anápolis.

1.6 Período de realização do curso:

Início: 14 de fevereiro de 2008.

Término: 28 de maio de 2008.

1.7 Carga horária:

O curso terá uma carga horária total de 80 horas/aula, sendo essas horas distribuídas em 20 encontros nos turnos vespertinos, mas livres de trabalho pessoal.

- Carga horária total de 80 horas.
- 20 encontros presenciais de 3 horas.
- 20 horas de trabalho pessoal por encontro.

1.8 Local, dias da semana e horário de realização:

O curso será realizado no Centro de Referência e Formação de Professores em Educação, Ciência e Tecnologia, às 3^{as} feiras (turma A - 35 professores) e 4^{as} feiras (turma B – 35 professores), no horário de 14 às 17 horas.

1.9 Inscrição/seleção dos participantes:

Dar-se-á por adesão das unidades escolares ao Programa de Educação Patrimonial, considerando a quantidade de vagas oferecidas e o número de escolas da Rede Municipal de Ensino. As inscrições ficarão a cargo do Centro de Referência e Formação de Professores em Educação, Ciência e Tecnologia, da Secretaria Municipal de Educação.

1.10 Coordenação Geral**1.10.1 Composição da equipe técnica**

Assessora Pedagógica de Políticas Públicas- Maria Geli Sanches.

Gerente de Ensino- Carla Cordeiro da Silva Barbaresco.

Coordenadora do Centro de Formação Continuada – Arlene Isac Dutra
Madureira.

Idealizadora do Projeto e Formadora do Centro de Formação Continuada –
Kátia Cilene Camargo Silva.

1.10.2 Atribuições da equipe técnica

- Apoiar, planejar, acompanhar, controlar e avaliar a realização do curso;
- Elaborar relatórios parciais e final do curso;
- Buscar parcerias junto às fontes competentes e recursos financeiros para financiamento de ações decorrentes deste Projeto e de projetos vindouros ligados à temática Educação Patrimonial.

1.10.3 Equipe de Capacitação

Ministrantes do Curso de Capacitação	Graduação/titulação
Evelina Grunberg	Graduação: Arquitetura Especialização: Museologia
Jairo Alves Leite	Graduação: Gestão Pública e História Especialização: Docência Universitária (cursando)
Kátia Cilene Camargo Silva	Graduação: Pedagogia Especialização: Administração e Supervisão Escolar Mestrado: Gestão do Patrimônio Cultural
Márcia Bezerra	Graduação: Bacharel em Arqueologia Especialização: Arqueologia Mestrado: História Antiga e Medieval Doutorado: Arqueologia
Isabela Maria Tamaso	Graduação: Rádio e Televisão Mestrado: Antropologia Doutorado: Antropologia
Shirlene de Araújo Prezotto	Graduação: Letras Especialização: Língua Portuguesa e Administração Escolar Mestrado: Gestão do Patrimônio Cultural
Tiziano Mamed Thiarotti	Graduação: História Especialização: História do Brasil e Administração Escolar Mestrado: Gestão do Patrimônio Cultural

Fonte: Pesquisa de campo da autora (2007).

1.11 Cronograma do Curso de Capacitação

<i>Módulos</i>	<i>Turmas/datas</i>	<i>Temática</i>	<i>Carga Horária</i>	<i>Palestrantes</i>
Módulo I	Turmas A e B; gestores, coord. e prof. convidados	Abertura do curso Palestra Magna: A educação e o patrimônio cultural.	3 horas	Dr ^a . Evelina Grunberg (IPHAN)
	Turma A: 19/02/2008 26/02/2008 04/03/2008 Turma B: 20/02/2008 27/02/2008 05/03/2008	Educação Patrimonial: embasamento teórico, desenvolvimento e aplicação da metodologia da educação patrimonial e pedagogia de projetos; a transversalidade e a interdisciplinaridade da educação patrimonial; conceitos de cultura, diversidade cultural, bens culturais, cultura material escolar e patrimônio.	12 horas	Ms. Kátia Cilene Camargo Silva (SME/Centro de Formação)
Módulo II	Turma A: 11/03/2008 Turma B: 12/03/2008	O Patrimônio Arqueológico e o papel da Arqueologia na Educação; o ensino da História e a exclusão do passado Pré - histórico; os currículos escolares e os livros didáticos de História.	3 horas	Dr ^a . Márcia Bezerra (IGPA/UCG)
Módulo III	Turma A: 18/03/2008 25/03/2008 Turma B: 19/03/2008 26/03/2008	O Patrimônio Cultural: gestão, legislação atual, órgãos de proteção; tombamento, conservação, restauração, bens tombados a nível municipal, estadual e federal.	6 horas	Ms. Tiziano Mamed Chiarotti (SME/Núcleo de Pesquisa)
Módulo IV	Turma A: 01/04/2008 Turma B: 02/04/2008	Visita técnica aos locais históricos tombados pelo município e demais espaços culturais de Anápolis.	3 horas	Visita técnica
Módulo V	Turma A: 08/04/2008 15/04/2008 Turma B: 09/04/2008 16/04/	A educação e o museu como lugar de memória; função social e educativa do museu; processos de conservação e guarda de acervos museológicos; a educação patrimonial no museu.	6 horas	Prof. Jairo Alves Leite (diretor do Museu Histórico de Anápolis)
Módulo VI	Turma A: 22/04/2008 29/04/2008 Turma B: 23/04/2008 30/04/2008	Patrimônio imaterial: velhos objetos, novos desafios. Patrimônio, memória, identidade e cultura popular.	6 horas	Dr ^a . Isabela Tamaso (UFG)
Módulo VII	Turma A e B: 03/05/2008	Visita técnica ao Museu Memorial do Cerrado em Goiânia.	6 horas	Visita técnica
Módulo VIII	Turma A: 06/05/2008 13/05/2008 Turma B: 07/05/2008 14/05/2008	Patrimônio étnico afro-brasileiro: educação cidadã; Lei 10.639; educação multicultural; superação da discriminação racial nas escolas.	6 horas	Ms. Shirlene de Araújo Prezoto (SME/Anápolis)
Módulo IX	Turma A e B: 17/05/2008	Visita técnica à Cidade de Goiás.	6 horas	Equipe técnica e pedagógica do curso.
Módulo X	Turma A: 20/05/2008 Turma B: 21/05/2008	Apresentação dos projetos de educação patrimonial elaborados pelos professores; avaliação.	3 horas	Equipe técnica e pedagógica do curso
	Turma A e B: 28/05/2008	Avaliação dos projetos e do curso; apresentações culturais de nossas raízes e encerramento.	3 horas	Equipe técnica e pedagógica do curso

Fonte: Pesquisa de campo da autora (2007).

1.12 Previsão Orçamentária

1.12.1 Recursos Materiais

<i>DESCRIÇÃO</i>	<i>QUANTIDADE</i>	<i>VALOR UNITÁRIO</i>	<i>VALOR TOTAL</i>
Pastas com elástico	80 unidades	R\$ 0,60	R\$ 48,00
Caneta esferográfica azul	100 unidades	R\$ 0,40	R\$ 40,00
Lápis preto nº. 2	80 unidades	R\$ 0,20	R\$ 16,00
Borracha branca pequena	80 unidades	R\$ 0,25	R\$ 20,00
Bloco para anotações	80 unidades	R\$ 0,80	R\$ 160,00
Resma papel sulfite A-4	10 unidades	R\$ 12,00	R\$ 120,00
Transparência para computador	01 caixa	R\$ 67,00	R\$ 67,00
Cartucho preto para impressora	01 unidade	R\$ 70,00	R\$ 70,00
Cartucho colorido para impressora	01 unidade	R\$ 85,00	R\$ 85,00
Papel sulfite para cartazes	120 unidades	R\$ 0,40	R\$ 48,00
Pincel atômico preto	40 unidades	R\$ 1,40	R\$ 56,00
Pincel atômico vermelho	40 unidades	R\$ 1,40	R\$ 56,00
SUBTOTAL			R\$ 786,00

1.12.2 Prestação de Serviço

Evelina Grunberg (Mod I- palestra magna) 3 horas	R\$ 240,00
Drª Márcia Bezerra (Mod II) 6 horas/ Drª Isabela Tamaso (Mod VI) 12 horas.	R\$ 1.800,00
Passagens aéreas e diárias	R\$ 2.500,00
Transporte para visitas técnicas (Mod. IV, VII e IX)	R\$ 1.000,00
Impressos gráficos	R\$ 2.500,00
TOTAL	R\$ 8.040,00

1.13 Atribuições das instituições envolvidas no Projeto

1.13.1 Secretaria Municipal de Educação

- a) Designar representantes da secretaria para composição da equipe de coordenação geral do Projeto.
- b) Responsabilizar-se pela divulgação, inscrição e avaliação do curso.
- c) Fornecer certificados do curso aos educadores da rede e ministrantes.
- d) Responsabilizar-se pela documentação do curso (fotos e filmagens), pelos serviços de informática e recursos tecnológicos.
- e) Assumir despesas financeiras relativas à remuneração, viagem e diárias dos profissionais convidados, caso não ocorra parcerias de apoio financeiro de órgãos como o IPHAN e outras instituições referidas anteriormente.
- f) Disponibilizar os profissionais (educadores e gestores do patrimônio cultural), lotados nesta secretaria para ministrarem o curso aos professores da rede municipal de ensino.
- g) Fornecer material de consumo necessário à realização do curso.
- h) Disponibilizar o uso de uma sala de aula no Centro de Formação para a realização do curso com retroprojektor, data show, aparelho de TV, DVD, Vídeo cassete e aparelho de som.
- i) Agendar transporte escolar para visitas técnicas junto à Secretaria de Transportes.
- j) Reservar o Teatro Municipal para palestra magna de abertura do curso.

1.13.2 Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHA

- a) Responsabilizar-se parcialmente pela elaboração de material de divulgação do curso (cartaz, folder e baner).
- b) Disponibilizar suas publicações aos professores do ensino fundamental e ao departamento pedagógico da Secretaria Municipal de Educação.

1.14 Desenvolvimento Temático

1.14.1 Conteúdo:

Patrimônio Cultural; Temas Transversais; Educação Patrimonial; Pedagogia de Projetos; Cidadania; Identidade; Memória; Patrimônio (material e imaterial); Educação; Cultura; Lugares de Memória; Patrimônio Arqueológico e Educação; Patrimônio Étnico Afro brasileiro; Diversidade Cultural e Multipluriculturalismo.

1.14.2 Temas a serem desenvolvidos por módulos

Módulo I - A Educação e o Patrimônio Cultural/ A Educação Patrimonial- 15 horas

- Palestra magna enfocando conceitos de educação e o patrimônio- 3 horas.
- Conceituando cultura, diversidade cultural, bens culturais, cultura material escolar e patrimônio- 3 horas.
- Embasamento teórico e desenvolvimento metodológico da educação patrimonial e da pedagogia de projetos- 3 horas.
- A Transversalidade e a interdisciplinaridade da educação patrimonial- 3 horas.
- Oficina de educação patrimonial- 3 horas.

Módulo II- Patrimônio Arqueológico e Educação- 3 horas.

- O patrimônio arqueológico e o papel da Arqueologia na educação
- O ensino da História e a exclusão do passado Pré- histórico.
- Os currículos escolares e os livros didáticos de História.

Módulo III- Política de Preservação do Patrimônio Cultural- 6 horas

- Gestão, legislação atual e os órgãos de proteção-2 horas.
- Classificação dos bens culturais e do patrimônio-2 horas
- Tombamento, conservação, restauração; bens tombados a nível municipal, estadual e federal- 2 horas.

Módulo IV- Lugares de Memória- 3 horas

- Visita técnica e orientada aos locais históricos tombados pelo município: Museu Histórico, Estação Ferroviária, Cadeia Pública, Morro da Capuava e espaços culturais de Anápolis.

Módulo V- A Educação Patrimonial no Museu- 6 horas

- A educação e o museu como lugar de memória- 2 horas.
- A função social e educativa do museu- 1 hora.
- Aprendendo os processos de conservação e guarda de acervos museológicos- 1 hora
- A prática metodológica da educação patrimonial no museu- 2 horas.

Módulo VI – Patrimônio, Memória e Identidade- 12 horas

- Patrimônio e Cultura Popular- 6 horas.
- Patrimônio imaterial: velhos objetos, novos desafios- 6 horas

Módulo VII- Lugares de Memória- 6 horas.

- Visita técnica e orientada ao Museu Memorial do Cerrado em Goiânia.

Módulo VIII- Patrimônio Étnico Afro-brasileiro- 6 horas.

- Caminhos para a formulação de uma educação cidadã, amparada na Lei 10.639.
- Educação multicultural- 3 horas.
- Ações para superação da discriminação racial nas escolas- 3 horas.

Módulo IX- Lugares de Memória- 6 horas

- Visita técnica e orientada à cidade histórica de Goiás.

Módulo X- Apresentação/Avaliação/Encerramento- 6 horas.

- Apresentação dos projetos de educação patrimonial elaborados pelos professores; avaliação de relatório- 3 horas.
- Avaliação dos projetos e do curso; apresentações culturais de nossas raízes e encerramento- 3 horas.

1.15 Procedimentos Metodológicos

A realização do curso dar-se-á por meio de palestra, aulas teóricas e práticas envolvendo oficinas, apresentações culturais locais, visitas técnicas aos locais históricos tombados pelo município (museu, estação ferroviária, cadeia, mercado, Morro da Capuava, escolas, teatro) espaços culturais de Anápolis e visitas ao Museu Memorial do Cerrado em Goiânia e à Cidade de Goiás.

A bibliografia utilizada no curso pelos ministrantes contemplará conceitos relevantes acerca do Patrimônio Cultural Brasileiro, possibilitando sua identificação, exploração e valorização.

Os educadores participantes receberão orientações para desenvolverem projetos de educação patrimonial, a serem aplicados nas escolas com a participação dos alunos e da comunidade local de cada escola, de acordo com a metodologia da Educação Patrimonial e Pedagogia de Projetos abordados no módulo I da capacitação.

Estes projetos deverão ser elaborados no decorrer do curso e apresentados no módulo X para serem apreciados e avaliados por uma comissão de gestores do patrimônio e educadores convidados, segundo critérios determinados pela equipe organizadora do Projeto.

A equipe técnica e pedagógica ou grupo tarefa fará acompanhamento periódico através de relatórios de alunos e professores a serem encaminhados para o Centro de Formação e também por meio de visitas às unidades escolares dando continuidade assim, ao processo investigativo da pesquisa-ação que deu início a este Projeto.

A culminância geral para divulgação dos projetos realizados com todas as unidades escolares que aderiram ao Programa de Educação Patrimonial será definido posteriormente pela equipe de coordenação geral do mesmo.

Os professores serão incentivados a inscreverem seus projetos de educação patrimonial por unidades escolares nos concursos que incentivam a identificação e preservação do patrimônio histórico brasileiro, como exemplo temos o concurso “Tesouros do Brasil” promovido pela Fiat em parceria com o IPHAN e com a Unesco. O concurso fornece guia didático que orientam professores e alunos de como participarem e identificarem os bens culturais prédios históricos, paisagens, acervos de livros, museus, praças, festas folclóricas, entre outros) considerados importantes para a identidade cultural da cidade.

1.16 Avaliação

Será avaliado ao final de cada módulo o desenvolvimento do curso mediante situações de aprendizagem relatadas pelos participantes, referentes aos conteúdos, atividades e metodologia aplicada, através de relatórios.

Os participantes serão avaliados de acordo com o projeto elaborado na unidade escolar, na perspectiva do curso de educação patrimonial, envolvendo participação dos alunos dos anos iniciais e finais do ensino fundamental, bem como alunos da educação infantil e educação de jovens e adultos, que devem contemplar a temática do patrimônio cultural e os vários conhecimentos conceituais e metodológicos que foram apreendidos no decorrer do curso, de modo que a comunidade escolar e local se aproprie das diferentes formas de manifestação cultural, interajam nesta diversidade étnica, buscando fortalecer a auto-estima, a cidadania e a identidade do nosso povo, respeitando e preservando esta herança que é o patrimônio cultural brasileiro.

A frequência dos participantes deverá ser igual ou superior a 75% das horas ministradas.

O aproveitamento será de acordo com as normas legais, sendo que para a validação da titularidade, deverá se alcançar conceito “Bom”- o que equivale à média mínima 7,0 - ou superior, obedecendo a seguinte escala:

EX- Excelente – 9,1 a 10,0

MB- Muito bom -8,0 a 9,0

B – Bom – 7,0 a 7,9

R- Regular – 6,0 a 6,9

1.17 Bibliografia a ser utilizada no curso

ABREU, R.; CHAGAS, M. (orgs). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro, DP&A, 2003.

ANDRÉ, M.E.D.A. *Etnografia da prática escolar*. Campinas, São Paulo, Papirus, 1995. Série Prática Educativa.

ATAÍDES, J. M.; MACHADO, L. A.; SOUZA, M. A. T. *Cuidando do patrimônio cultural*. 2. ed. Goiânia, Ed. da UCG, 2006, 40 p.

BESSEGATO, M. L. *O patrimônio em sala de aula: fragmentos de ações educativas*. Porto Alegre, Evangraf, 2 ed., 2004, 80 p.

BEZERRA, M.; Bezerra, M. *Educação [bem] patrimonial na escola*. In: Najjar, J.; Camargo, S.. (Org.). *Educação se faz (na) política*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense - EdUFF, 2006, v. , p. 79-97.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos temas transversais*, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

Coletânea de Leis sobre preservação do Patrimônio, Rio de Janeiro, IPHAN, 2006. 320 p.

DAMATTA, R. *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. Petrópolis, Vozes, 1981, 248 p.

DURKHEIM, Émile. *Educação e Sociologia*. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

Educação patrimonial: conhecer para preservar. Disponível em <http://www.aprendebrasil.com.br/articulistas/articulista_0003.asp> acesso em 10/07/2006.

FILHO, M. F. L; BEZERRA, M. (orgs). *Os Caminhos do Patrimônio no Brasil*. Goiânia, Alternativa, 2006, 194 p.

FREIRE, P. *Educação e Mudança*. vol. 1, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

FONSECA, M.C.I. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro, UFRJ, IPHAN, 1997. 316p.

FONSECA, M.C.I. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro, UFRJ, IPHAN, 1997. 316p.

GALLO, S. *Transversalidade e Educação: pensando uma educação não disciplinar*. São Paulo, Cortez, 1990.

GOMES, Nilma Lino. *A Contribuição dos Negros para o Pensamento Educacional Brasileiro*. In: Silva, Petronilha B. G. e & BARBOSA, Lúcia M. de A *O Pensamento Negro em Educação No Brasil; expressões do Movimento Negro*. São Carlos, EDUFSCar, 1997.

GONTIJO, R. *Identidade Nacional e Ensino de História: Adversidade como 'patrimônio sociocultural'*. IN: ABREU, M.; SOIHET, R. (orgs) *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa de Palavra, 2003, p. 55-79.

HASENBALG, Carlos *Relações Raciais no Contexto Nacional e Internacional, Estudos e Pesquisas*, Vol. 4: Racismo, 9-41. Niterói: EDUFF, 1998.

HALSENBALG, C. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*, Rio de Janeiro, Graal 1979

HALSENBALG, Carlos e SILVA, Nelson do Vale. (1999), “Educação e Diferenças Raciais na Mobilidade Ocupacional”. In Hasenbalg, C., Silva, N. do V. e Lima, M., *Cor e Estratificação Social*, Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, pp. 217-230.

HASENBALG, Carlos (2001), “Educação”, in *Brasil em Números/Brazil in Figures*, IBGE, vol. 9, pp. 115-127.

HORTA, M.L.P.; GRÜNBERG, E.; MONTEIRO, A.Q. *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Brasília: IPHAN, Museu Imperial, 1999.

Jornal O Centenário. Ano 1, n. 2, maio, 2005, Anápolis- GO.

KUPER, A. *Cultura: a visão dos antropólogos*. Bauru, Edusc, 2004.

LARAIA, R.B. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2002.

LE GOFF, J. *História e Memória*. Campinas, Editora da Unicamp, 1992.

LE MOS, C. *O que é patrimônio cultural?* São Paulo: Brasiliense, 1985.

LIMA, S. W. *Por uma gestão do patrimônio cultural na escola*. Dissertação (Mestrado Profissionalizante do Patrimônio Cultural), UCG, Goiânia, 2004.

MACHADO, M.B.P. *Educação Patrimonial: orientações para professores do ensino fundamental e médio*. Caxias do Sul. Maneco Livr. & Ed., 2004.

MOURA, Clóvis. *Sociologia do Negro brasileiro*. São Paulo, Ática, 1988.

MUNANGA, K. *Teoria sobre o racismo*, In: *Racismo: perspectivas para um estudo contextualizado da sociedade brasileira*. Estudos e Pesquisa. Rio de Janeiro: EDUFF, 1998.

MUNANGA, Kabengele e GOMES, Nilma Lino. *Para entender o negro no Brasil de hoje: história, realidades, problemas e caminhos*. São Paulo: Ação educativa, 2004.

NAJJAR, J; CAMARGO, S. (orgs). *Educação se faz (na) política*. Niterói, Rio de Janeiro, Ed. UFF, 2006.

Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental, 3. ed., Brasília, 2001. 164p.

PEDREIRA, A C. *O sítio arqueológico e histórico de Pontal: Educação Patrimonial e perspectivas de valorização do patrimônio cultural de Porto Nacional – TO*. Projeto de gestão (Mestrado Profissionalizante do Patrimônio Cultural), UCG, Goiânia, 2005.

Pro-posições. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. Campinas, São Paulo, v. 16, n. 1 (46) jan./abr., 2005.

SKIDMORE, T. *Preto no branco. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976

SOARES, A. L. R. *Educação patrimonial: relatos e experiências*. Santa Maria, Ed. UFSM, 2003.

THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. 12 ed. São Paulo, Cortez, 2003.

VALENTE, A.L. F. F. Diversidade, Cultura e Educação. Conhecimentos Antropológicos nos Parâmetros Curriculares Nacionais: para uma discussão sobre a pluralidade cultural. IN: GUSMÃO, N. M. M. (org) *Diversidade, Cultura e Educação: olhares cruzados*. São Paulo. Biruta, 2003, p 17-46.

_____ *Educação e diversidade cultural: algumas reflexões sobre a LDB*. V Congresso Afro-Brasileiro. UFBA/Salvador, agosto de 1997c.

_____ *Ser negro no Brasil hoje*. 16 ed. São Paulo: Moderna, 1997.

Apêndice 02 – Pesquisa de campo

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário (a) de uma pesquisa cujo título é “Educação Patrimonial e a Preservação da Memória: proposta de gestão para a Secretaria Municipal de Educação, Ciência, Tecnologia, Esporte e Cultura de Anápolis-GO”, cuja responsável é a pesquisadora Kátia Cilene Camargo Silva, aluna mestranda do Curso Mestrado Profissional em Gestão do Patrimônio Cultural, da Universidade Católica de Goiás, tendo como professora a doutora Márcia Bezerra. A pesquisa objetiva o levantamento de informações sobre o corpo docente das escolas públicas municipais do Ensino Fundamental, quanto ao conhecimento, experiências e interesse em desenvolver na prática pedagógica, trabalhos pertinentes ao tema Patrimônio Cultural. A pesquisa será realizada por meio de respostas de questionário inserido na metodologia da pesquisa-ação, sendo concebida e realizada juntamente com participantes representativos da situação ou do problema coletivo abordado no tema.

O questionário aplicado aos educadores

Escola: _____

Disciplina(s): _____

Séries(s): _____

Turno(s): _____

Formação acadêmica: _____

Especialização: _____

1) O que a palavra patrimônio lhe sugere?

2) O que vem à sua cabeça quando pensa em cultura?

3) O que a educação tem a ver com isso? Justifique.

4) Você se sente preparado(a) para tratar sobre o patrimônio? Justifique.

5) Na sua escola há algum projeto ou atividade que trate do patrimônio? Qual?

6) Que relação observa entre Patrimônio Cultural e os Temas Transversais?

7) Existe algum patrimônio cultural em Anápolis?

8) Quanto ao interesse em trabalhar com o tema Patrimônio Cultural, você:

- considera interessante e quer se capacitar para trabalhar com o tema.
- considera interessante, mas prefere trabalhar com outros temas.
- não tem interesse em trabalhar com o tema.

9) Quanto ao grau de conhecimento sobre o Patrimônio Cultural de Anápolis, considera-se:

- suficientemente informado.
- insuficientemente informado e gostaria de se informar.
- insuficientemente informado e não sente necessidade de maiores informações.

10) Para desenvolver um trabalho pedagógico com o tema Patrimônio Cultural nas escolas de Ensino Fundamental do município, que material de apoio e recursos considera importantes a fim de atendê-lo(a)?

Análise dos resultados da pesquisa de campo

O levantamento por amostragem foi realizado pela pesquisadora interessada, com apoio de coordenadoras pedagógicas da Secretaria Municipal de Educação que foram previamente orientadas. Durante o período de 09/02/2007 a 14/03/2007, foram aplicados os questionários com 85 educadores representando uma totalidade de 1446 professores que atuam na docência, sendo assim escolhidos aleatoriamente para responderem a eles.

As escolas da rede municipal de Anápolis, onde atuam os educadores entrevistados, estão distribuídas espacialmente por cinco setores: norte, sul, leste, oeste e central. De cada setor foram escolhidas 4 escolas e em cada escola uma média de 5 educadores para uma amostra aleatória sistemática de participantes. Foram respondidos ao todo 85 questionários.

Entrevistou-se também, o historiador Jairo Alves Leite, atual presidente do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico de Anápolis e diretor do Museu Histórico Alderico Borges de Carvalho.

Pode-se analisar que a metade dos educadores entrevistados tem formação acadêmica em Pedagogia, alguns ainda em curso, deixa explícito um contingente significativo de pedagogos dentro da amostra. Observa-se que é mínimo o número de educadores que não possuem ainda a graduação. Segue-se na tabela 1 a formação acadêmica de todos educadores entrevistados.

Tabela 1 - Distribuição dos educadores da educação infantil e ensino fundamental das escolas públicas municipais de Anápolis segundo a formação acadêmica – fevereiro 2007.

FORMAÇÃO ACADÊMICA	NÚMERO DE PARTICIPANTES	
	ABSOLUTOS	%
Pedagogia	37	43,5
Geografia	9	10,5
Letras	8	9,4
Letras (cursando)	1	1,1
Ensino médio	7	8,2
Pedagogia (cursando)	6	7,0
História	5	5,9
História (cursando)	1	1,1
Ciências sociais	3	3,5
Biologia	2	2,3
Ciências	1	1,1
Filosofia	1	1,1
Administração	1	1,1
Educação física	1	1,1
Matemática	1	1,1
Matemática (cursando)	1	1,1
Total	85	100

Fonte: Pesquisa de campo da autora (2007).

Pela tabela analisada, observa-se que o perfil mais acentuado destes professores entrevistados está, teoricamente, em sintonia com os objetivos esperados pela pesquisa em curso, onde o alto nível de apreensão cultural e especialização profissional, objetivariam uma clara compreensão das questões propostas no trabalho, a partir de visões diferenciadas e de idiosincrasias próprias de cada um. Todavia, nota-se que existem lacunas em sua formação acadêmica que dizem o contrário, pois no decorrer da pesquisa têm se notado pouco conhecimento da temática em estudo por sua parte. A partir dessas conclusões, notamos que há uma necessidade premente de trabalhos científicos nesta área, dentro de uma perspectiva de esclarecimento, que demonstrem o que seja Patrimônio Cultural e também qual a sua importância e seus aspectos relevantes. Desta forma, pretende-se que este trabalho preencha estas necessidades e sirva de ponto de partida para novos estudos a respeito.

Tabela 2 - Distribuição dos educadores das escolas públicas municipais da educação infantil e ensino fundamental por especialização – Anápolis - fevereiro – 2007.

ESPECIALIZAÇÃO	NÚMERO DE PARTICIPANTES	
	ABSOLUTOS	%
Administração Educacional	20	23,5
Psicopedagogia	7	8,2
Planejamento Educacional	5	5,9
Língua Portuguesa	5	5,9
Educação Infantil	4	4,7
Orientação Educacional	3	3,5
Metodologia do Ensino Superior	3	3,5
Educação Especial	2	2,3
Gestão Educacional	2	2,3
Literatura Brasileira	2	2,3
Docência em História e Culturas	1	1,2
História Econômica	1	1,2
Educação Inclusiva	1	1,2
Docência no Ensino de Literatura	1	1,2
História do Brasil	1	1,2
Formação Socioeconômica do	1	1,2
Métodos e Técnicas de Ensino	1	1,2
Marketing	1	1,2
Geografia Agro - Urbana	1	1,2
Linguagem, Artes e Educação	1	1,2
Não possuem especialização	22	25,9
Total	85	100

Fonte: Pesquisa de campo da autora (2007).

Pela análise da tabela 2, podemos constatar que os entrevistados, em sua grande maioria, lecionam para alunos dos anos finais do ensino fundamental. Todavia, dentro do universo pesquisado, observa-se que muitos desses professores têm mais de uma atividade pedagógica, havendo inclusive alguns que trabalham com outras disciplinas, como podemos analisar pela pesquisa da próxima tabela

Tabela 3 - Distribuição dos educadores das escolas públicas municipais da educação infantil e ensino fundamental segundo as disciplinas trabalhadas nas unidades escolares de Anápolis – fevereiro – 2007.

DISCIPLINAS TRABALHADAS	NÚMERO DE EDUCADORES	
	ABSOLUTOS	%
Todas (Educação Infantil/Anos iniciais)	45	52,9
Coordenação Pedagógica (fora da sala de aula)	7	8,2
História/ Geografia	4	4,7
Língua Portuguesa	7	8,2
Geografia	4	4,7
História	5	5,9
Língua Portuguesa/ Língua Inglesa	2	2,3
Artes	1	1,2
Artes/ Ensino Religioso	1	1,2
Artes/ Ciências	1	1,2
Artes/ Língua Portuguesa	1	1,2
Artes/Língua Portuguesa/Língua Inglesa	1	1,2
Artes/ Geografia/Educação Física	1	1,2
Matemática	1	1,2
Matemática/ Ciências	1	1,2
Ciências	3	3,5
Total	85	100

Fonte: Pesquisa de campo da autora (2007).

A maioria dos entrevistados, conforme destaca esta tabela, são educadores que atuam com as disciplinas do currículo do ensino fundamental, em consequência, o universo de seus alunos se situa em faixa etária precoce. Em relação aos turnos que trabalham os professores entrevistados há uma incidência maior daqueles que atuam no turno vespertino, em relação ao turno matutino, o que, normalmente, diz respeito à educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental.

Um detalhe importante da pesquisa é que muitos desses profissionais de educação lecionam em mais de um turno em sua prática docente. Isso configuraria, portanto, em nível teórico, que possuem um acesso maior às variáveis culturais pela maior abrangência de conteúdos trabalhados, o que possibilitaria a eles um melhor enfoque sobre Patrimônio Cultural, o que não se dá na prática, a partir dos resultados finais dessa pesquisa,

demonstrando que há uma carência muito grande de respostas esclarecedoras que atentem para a questão em contexto.

Tabela 4 - Distribuição dos educadores das escolas públicas municipais de educação infantil e ensino fundamental de Anápolis por turno de trabalho – fevereiro – 2007.

TURNO DE TRABALHO	NÚMERO DE EDUCADORES	
	ABSOLUTOS	%
Matutino	24	28,2
Vespertino	27	31,8
Noturno	6	7
Matutino/Vespertino	14	16,5
Matutino/Noturno	7	8,2
Matutino/Vespertino/Noturno	6	7,1
Vespertino/ Noturno	1	1,2
Total	85	100

Fonte: Pesquisa de campo da autora (2007).

A questão do turno de trabalho poderia influenciar os educadores a compreenderem melhor o que seja “Patrimônio Cultural” e sua importância dentro de um contexto histórico e institucional de uma sociedade. A presente pesquisa demonstra o contrário, apesar de que normalmente os educadores que atuam, de forma multidisciplinar e interdisciplinar, em mais de um turno escolar poderiam ter uma compreensão melhor da temática em razão de trabalharem com mais conteúdos culturais, como no caso de professores que lecionam no período noturno, estão em contato com pessoas adultas e, obviamente, a comunicação se dá num nível mais factível ao entendimento dessa questão, o que, no caso, não ocorreria com o público infantil, limitado naturalmente para uma melhor compreensão do processo, em vista de sua precocidade cognitiva. Apesar disso, em nossa pesquisa não encontramos tal diferenciação, parecendo que há uma uniformidade entre saberes a respeito do objeto em estudo, independente da área de atuação ou turno trabalhado em que desenvolvem sua prática docente.

Tabela 5 - Elementos identificados na conceituação da palavra patrimônio apresentada pelos educadores das escolas públicas municipais de educação infantil e ensino fundamental de Anápolis - fevereiro – 2007.

ELEMENTOS	NÚMERO DE EDUCADORES	
	ABSOLUTOS	%
Bens individuais ou coletivos	14	16,5
Preservação/conservação	13	15,3
Bens materiais ou não	12	14,1
Herança/riqueza	9	10,6
Propriedade/pertença	8	9,4
Conjunto de bens de um local	5	5,9
Acervo com valor histórico	4	4,7
História	4	4,7
Identidade de um lugar	3	3,5
Riqueza cultural	2	2,3
Bens pátrios	2	2,3
Monumentos/prédios	2	2,3
Gerações	1	1,2
Memória	1	1,2
Conhecimentos	1	1,2
Bens que necessitam restauro	1	1,2
Direitos e obrigações	1	1,2
Pluralidade cultural	1	1,2
Não respondeu	1	1,2
Total	85	100

Fonte: Pesquisa de campo da autora (2007).

Pergunta feita aos educadores: O que a palavra patrimônio lhe sugere?

A tabela 5 demonstra o nível de entendimento, por parte dos entrevistados, acerca da palavra “patrimônio”. Pode-se notar que as respostas mais utilizadas têm a ver com “patrimônio” como um bem físico, que possui um nível de valor material, assim, adentra-se à visão da cultura popular, onde patrimônio é um bem tangível fisicamente e que possui relações de valor com o ente privado. Em nível decrescente das respostas, temos patrimônio como preservação, herança, propriedade, etc. Somente um percentual de poucos educadores adentraram a conceitos mais subjetivos, como: história, bens pátrios, memória, conhecimentos etc. O interessante é que somente 2 dos professores entrevistados fizeram uma conotação entre “patrimônio” e “monumentos / prédios”, o que se aproximariam muito, em sentido amplo, a um conceito universal de “Patrimônio

Histórico”, que possui elementos objetivos e subjetivos acoplados, como “monumento como estrutura física” e “monumento como acervo histórico”

Dentro de nossa análise, estes dados permitem que se tenha uma visão melhor do entendimento do universo pesquisado em relação ao fenômeno em estudo, demonstrando que conceitos restritos, geralmente ligados ao senso comum popular, ainda estão presentes no subjetivo do corpo docente em nossas escolas, e que somente a partir de uma reflexão crítica, esses conceitos podem ser mudados para outros mais abrangentes, como patrimônio como um adendo de expressão civilizatória, marcado pelo tempo e pelo espaço e objetivada em algo tangível, perceptível também pelos sentidos, mas principalmente pela marca história que lhe impregna.

Tabela 6 - Elementos identificados na conceituação de cultura apresentada pelos educadores das escolas públicas municipais de educação infantil e ensino fundamental de Anápolis – fevereiro – 2007.

ELEMENTOS	NUMERO DE EDUCADORES	
	ABSOLUTOS	%
Diversidade de costumes, crenças, valores, religião, festas de um povo.	28	33
Conhecimento adquirido e repassado.	32	37,6
Tradição de grupos étnicos.	11	13
Construção histórica.	4	4,7
Bens materiais e imateriais	2	2,3
Educação	2	2,3
Herança	2	2,3
Ensino/transmissão oral ou escrita	1	1,2
Bens pertencentes a um povo	1	1,2
Aprendizado familiar e religioso	1	1,2
Conjunto de experiências humanas	1	1,2
Total	85	100

Fonte: Pesquisa de campo da autora (2007).

Pergunta feita aos educadores: O que vem à sua cabeça quando pensa em cultura?

A tabela em análise demonstra, de maneira categórica, que o conceito de cultura como um produto decorrente das relações e diversidade das características humanas é predominante entre os entrevistados, tudo isso em sintonia com a construção e desenvolvimento da civilização. Esses produtos culturais são resultantes do modo de agir

do homem na solução de problemas decorrentes da própria necessidade de sobrevivência, mas também produzindo elementos estéticos e cognitivos que sirvam às próximas gerações no decorrer do tempo, expressando-se em crenças, valores, comportamentos, bens materiais etc. Além disso, para a maioria dos entrevistados, cultura também tem a ver com a transmissão de conhecimentos já prontos de geração a geração. Se levarmos estes para a questão do Patrimônio Cultural, podemos definir a cultura, representada por tal patrimônio, como o transmitir de valores de uma época pretérita para uma época presente através de estruturas materiais, textos escritos, entre outros, portanto, é o agir humano num determinado tempo, criando novos elementos de compreensão de um mundo que já passou, mas rico em valores estéticos, éticos e morais, e que servirão para demonstrar a atuais gerações o que se fez em determinada época, podendo estes valores serem acrescidos no futuro, modificados ou simplesmente esquecidos.

Observa-se, enfim, na análise desta tabela, que os conceitos de cultura respondidos pelos entrevistados, apesar de a diversidade de opinião, não fugiram à regra comum dos conceitos de origem antropológica.

Tabela 7 - Respostas justificadas sobre a relação da educação com a cultura pelos educadores das escolas públicas municipais de educação infantil e ensino fundamental de Anápolis – fevereiro – 2007

RESPOSTAS	NÚMERO DE EDUCADORES	
	ABSOLUTOS	%
Acreditam ser a educação formadora de valores culturais com resgates e repasses do aprendizado.	27	31,8
A educação é construtora e transformadora do conhecimento.	19	22,3
Entendem que a educação é: subsidiadora, incentivadora, mediadora, transmissora, e propagadora do saber cultural.	13	15,3
Educação é tudo e ambas estão juntas.	9	10,6
Afirmam que educação também é cultura.	8	9,4
Educação é aprendizagem.	7	8,2
Pode influenciar positiva ou negativamente.	2	2,4
Total	85	100

Fonte: Pesquisa de campo da autora (2007).

Pergunta feita aos educadores: O que a educação tem a ver com a cultura? Justifique.

Qual é a relação educação com a cultura? Esta é foco central das indagações enfocadas na tabela 7. Na verdade, é um tipo de questão que exige uma reflexão crítica

muito profunda do próprio ato de ser e transmitir cultura, pois a educação pode ser construtora de cultura, como pode simplesmente “transmitir conhecimentos”, que poderia significar “repassar conhecimentos já produzidos e não criá-los”.

Observamos que a maioria dos entrevistados optou por afirmar que a educação é produtora de cultura, ou de valores culturais. Em seqüência, outro grupo menor afirma que a educação transmite, mas também transforma o conhecimento, além de incentivadora do saber cultural etc.

Se levarmos tais proposições para o objeto maior deste estudo, o conceito de Patrimônio Cultural veremos que os entrevistados podem entender a educação passível de afirmar o fenômeno, simplesmente repassando os conceitos advindos do passado a respeito do tema, mas não defini-lo de forma clara em sintonia com o presente, pois faltaria à educação um pressuposto básico para isso: a interpretação crítica, ou seja, separar o que fosse patrimônio cultural do que não o fosse dentro de um novo quadro de relações humanas e uma nova visão de cultura.

A partir das respostas dadas, entendemos a educação que afirma, transmite, resgata, transforma o conhecimento, mas falha no momento de dizer o que é, e o que não é patrimônio cultural em um novo enfoque, pois este é um conceito mutante e depende de variáveis outras que, estão fora do âmbito educacional tradicional, como a estrutura social onde o bem está inserido, assim como variáveis comportamentais da sociedade que podem ou não dar valor a este bem. Por exemplo: até recentemente ninguém entendia o conceito de “patrimônio cultural ecológico”. Em outras palavras, a educação seria incapaz de criticar o próprio conhecimento que transmite, geralmente fixo e repetitivo e baseado em velhos padrões, criando outros mas sem a reflexão qualitativa de valor em sintonia com a modernidade, pois esta pertence a outras esferas da ação e existência intelectual do homem, onde uma visão diferenciada do indivíduo, do mundo e da cultura surge e transforma tudo, inclusive o conceito de cultura e patrimônio cultural.

Assim, acoplando tais conceitos com o somatório das respostas dadas, chegamos a conclusão que a dimensão do significado de “patrimônio cultural” dos entrevistados, torna-se ainda limitado até o estudo da presente pesquisa.

Tabela 8 - Elementos mencionados como patrimônio cultural anapolino pelos professores das escolas públicas municipais de educação infantil e ensino fundamental de Anápolis – fev. – 2007.

ELEMENTOS	NÚMERO DE PROFESSORES	
	ABSOLUTOS	%
Sim – Museu	6	7,0
Sim – (não deram exemplo)	20	23,5
Sim – Museu e biblioteca	5	6,0
Não sei	4	4,7
Sim – Museu, escolas públicas, Matriz Santana	4	4,7
Sim – Museu, praças, prédios, casas, igrejas	4	4,7
Sim – Museu e estação ferroviária	3	3,5
Sim – Tudo que faz parte da nossa história é um patrimônio cultural	3	3,5
Sim – Museu, praças igrejas, prédios e construções antigas	4	4,7
Sim – Vários	3	3,5
Sim – Histórias orais, edificações, estação ferroviária e museu	2	2,3
Sim – Palácio da Cultura e estação ferroviária	2	2,3
Sim – Teatro e biblioteca	2	2,3
Sim – Tudo que é público	1	1,2
Sim – Dr. Anapolino de Faria; museu, estação ferroviária	1	1,2
Sim – Memórias e museu	1	1,2
Sim – Museu e artistas plásticos	1	1,2
Sim – Secretaria de Cultura	1	1,2
Sim – Museu, escola de arte, acervo da Base Aérea	1	1,2
Sim – Amostra de teatro	1	1,2
Sim – Antigo Fórum e museu	1	1,2
Sim – Museu, cadeia pública, fórum, estação ferroviária	1	1,2
Sim – Músicas, religiosidade, crenças, museu, igrejas e praças antigas	1	1,2
Sim – Museu e teatro	2	2,3
Sim – Museu, praças e igrejas.	2	2,3
Sim – Museu, Igreja Santana, praças e dança catira.	1	1,2
Sim – Museu e Igreja Santana.	3	3,5
Sim – Museu e dança catira	1	1,2
Sim – Museu, estação ferroviária e academia de letras.	1	1,2
Sim – Acervos, fotos, máquinas e livros.	1	1,2
Sim – Praças, Central Parque, Ginásio de Esporte e parques.	1	1,2
Sim – Museu, escolas, indivíduos (poetas e músicos) e teatro	1	1,2
Total	85	100

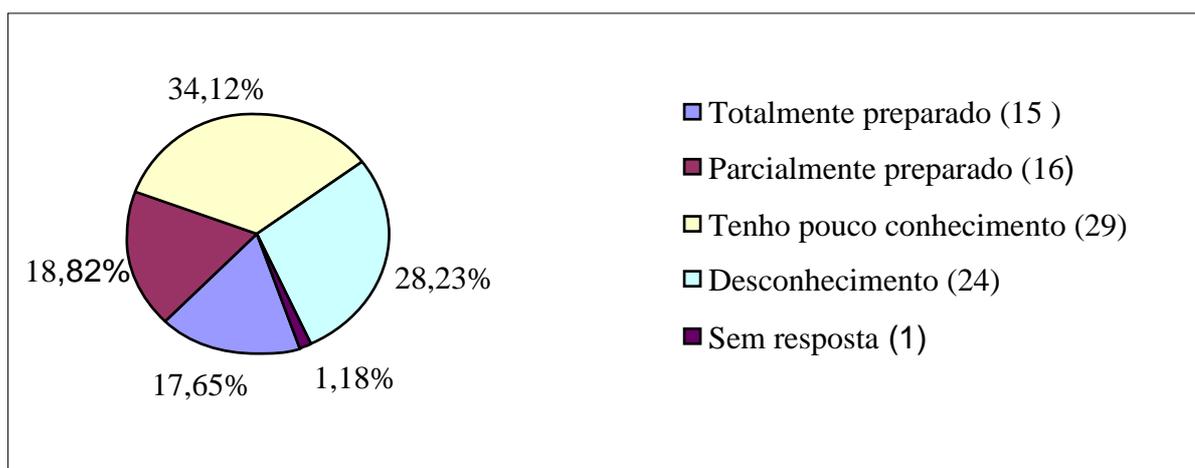
Fonte: Pesquisa de campo da autora (2007).

Pergunta feita aos educadores: Existe algum Patrimônio Cultural em Anápolis?

A grande maioria dos entrevistados optou, nas respostas dadas, sobre a questão do Patrimônio Histórico de Anápolis, para bens materiais, como é o caso do museu, como se o patrimônio cultural de nossa cidade estivesse restrito a bens imóveis. Na verdade, estas

respostas restritas a estes bens estão em sintonia, acreditamos, à falta de uma melhor divulgação do que sejam bens culturais em nossa cidade. Neste contexto, o elemento “museu” como patrimônio cultural, não é estranho a conceitos usuais sobre o tema em outras pesquisas em nível nacional ou internacional. “Museu” é um conceito presente no inconsciente das pessoas, quando tratam de processos culturais que têm a ver com transmissão de valores do passado, assim, acreditamos que isto representa uma falta maior de informações sobre a temática do que seja “patrimônio cultural” em nosso meio pedagógico, e não somente ao aspecto intelectual dos autores das respostas. Notamos também, a partir delas, que alguns entrevistados não quiseram ou não souberam responder sobre os elementos culturais de Anápolis, referendando o que afirmamos acima.

Gráfico 1 – Grau de preparo dos professores para trabalhar com o tema patrimônio nas escolas públicas municipais de educação infantil e ensino fundamental de Anápolis – fevereiro – 2007.



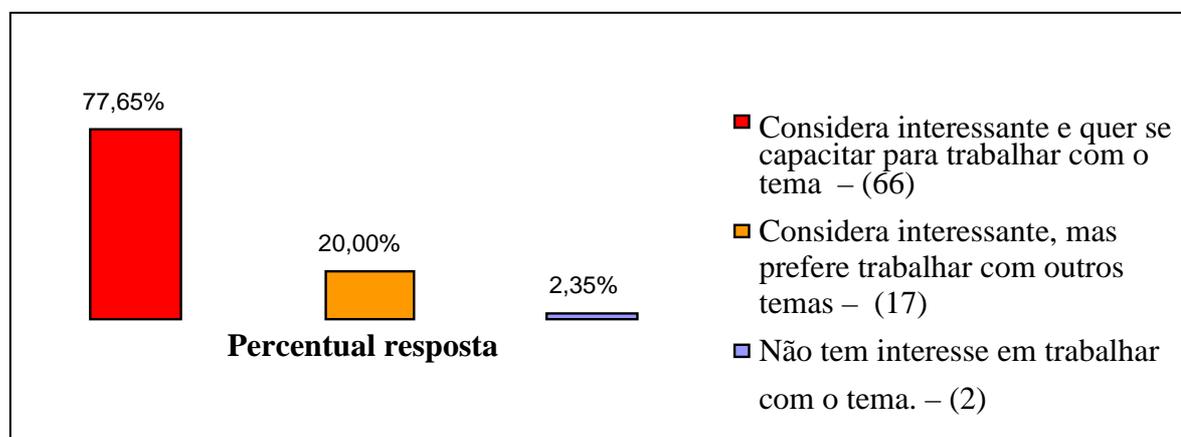
Fonte: Pesquisa de campo da autora (2007).

Pergunta feita aos educadores: Você se sente preparado(a) para tratar sobre o patrimônio? Justifique.

A partir desse gráfico, nota-se um percentual elevado de pouco conhecimento ou mesmo desconhecimento sobre como trabalhar o tema patrimônio cultural junto aos entrevistados, chegando a um total de 63,5% ou seja, 54 dos 85 educadores. Reconhecemos que há necessidade urgente de uma proposta educacional voltada à educação patrimonial, que atenda de maneira interdisciplinar de questões relativas a ele.

Neste contexto, a participação efetiva desses professores e educandos em pesquisas sobre o assunto seria uma maneira de aumentar o grau de interesse pela temática em nossas escolas. Na verdade, o conhecimento sobre patrimônio cultural representa uma atividade mais exploratória do que propriamente teórica, desta forma, pode se tornar um processo até lúdico na relação entre educadores e educandos, contribuindo para que o tema seja bem entendido

Gráfico 2 – Interesse dos professores em trabalhar com o tema patrimônio cultural nas escolas públicas municipais de educação infantil e ensino fundamental de Anápolis – fevereiro – 2007.



Fonte: Pesquisa de campo da autora (2007).

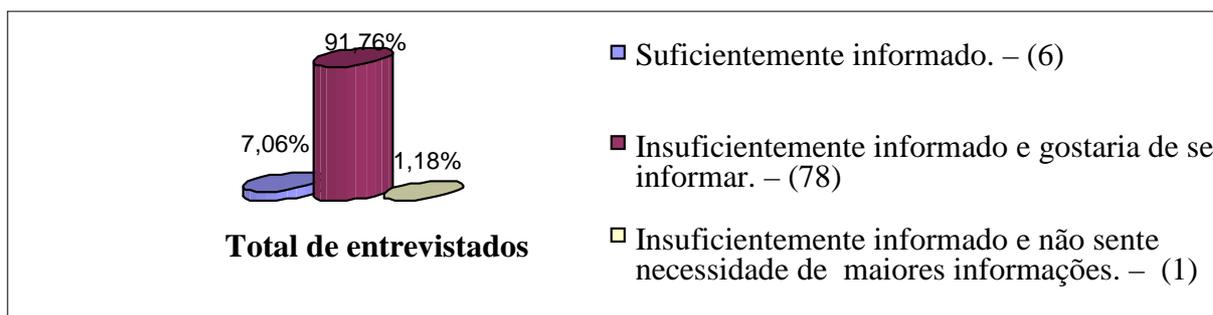
Pergunta feita aos educadores: Quanto ao interesse em trabalhar com o tema Patrimônio Cultural, você:

- () considera interessante e quer se capacitar para trabalhar com o tema.
- () considera interessante, mas prefere trabalhar com outros temas.
- () não tem interesse em trabalhar com o tema.

Percebe-se, a partir da leitura do gráfico acima, que dos 85 professores entrevistados, 77,65% manifestaram interesse pelo tema, estando dispostos a se capacitarem em relação a ele, envolvendo uma atividade pedagógica com os alunos da rede de ensino municipal. Outros 20% dos educadores, apesar de considerarem interessante a matéria, preferem continuar trabalhando outros temas. Pequena minoria, 2,35% não se interessou pelo tema.

Pelo exposto, consideramos que o corpo docente das escolas municipais em Anápolis, em sua grande maioria, mostrou-se bem interessado a se capacitar em função de um trabalho pedagógico envolvendo o patrimônio cultural.

Gráfico 3 - Grau de conhecimento dos professores sobre o patrimônio cultural de Anápolis considerados pelos educadores das escolas públicas municipais de educação infantil e ensino fundamental de Anápolis – fevereiro – 2007.



Fonte: Pesquisa de campo da autora (2007).

Pergunta feita aos educadores: Quanto ao grau de conhecimento sobre o Patrimônio Cultural de Anápolis, considera-se:

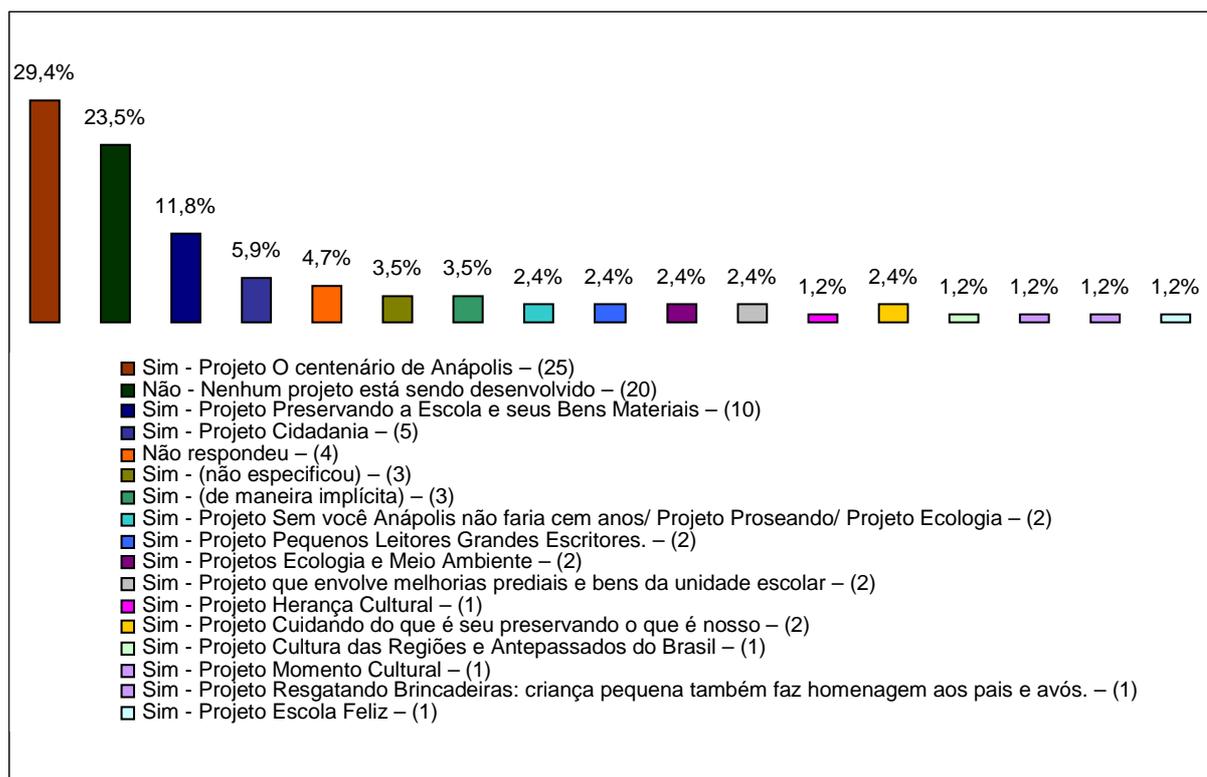
- () suficientemente informado (a).
- () insuficientemente informado (a) e gostaria de se informar.
- () insuficientemente informado e não sente necessidade de maiores informações.

A maioria dos professores entrevistados admitem não possuir conhecimento satisfatório sobre o patrimônio cultural de Anápolis. Mas, como foi salientado anteriormente, existe uma grande curiosidade a respeito entre eles e também o desejo de se capacitarem em relação à temática. Apenas 7,6% dos entrevistados, ou seja, 6 professores, não se interessaram para maiores informações sobre o tema.

Dentro de nossa avaliação, tais percentuais positivos, que ultrapassam de maneira esmagadora os percentuais negativos a respeito do interesse em conhecer aspectos culturais em nossa cidade, demonstram claramente que ocorre um velho processo, junto a nosso ambiente pedagógico de insuficiência informativa em relação ao tema, provando que o planejamento escolar em nosso Estado e também no Município tem sido deficitário em relação aos valores culturais regionais. E o mais grave: não ocorrendo, pelo menos a curto prazo, iniciativas inovadoras a respeito. Isso contradiz frontalmente as novas tendências

pedagógicas, advindas dos embasamentos dos Parâmetros Curriculares Nacionais, que priorizam a interdisciplinaridade na educação básica, dando-se preferência a um tipo de currículo que contemple a cultura regional.

Gráfico 4 - Respostas referentes à pergunta sobre a execução de projetos ou atividades que tratassem do tema patrimônio pelos professores das escolas municipais de educação infantil e ensino fundamental de Anápolis – fevereiro – 2007.



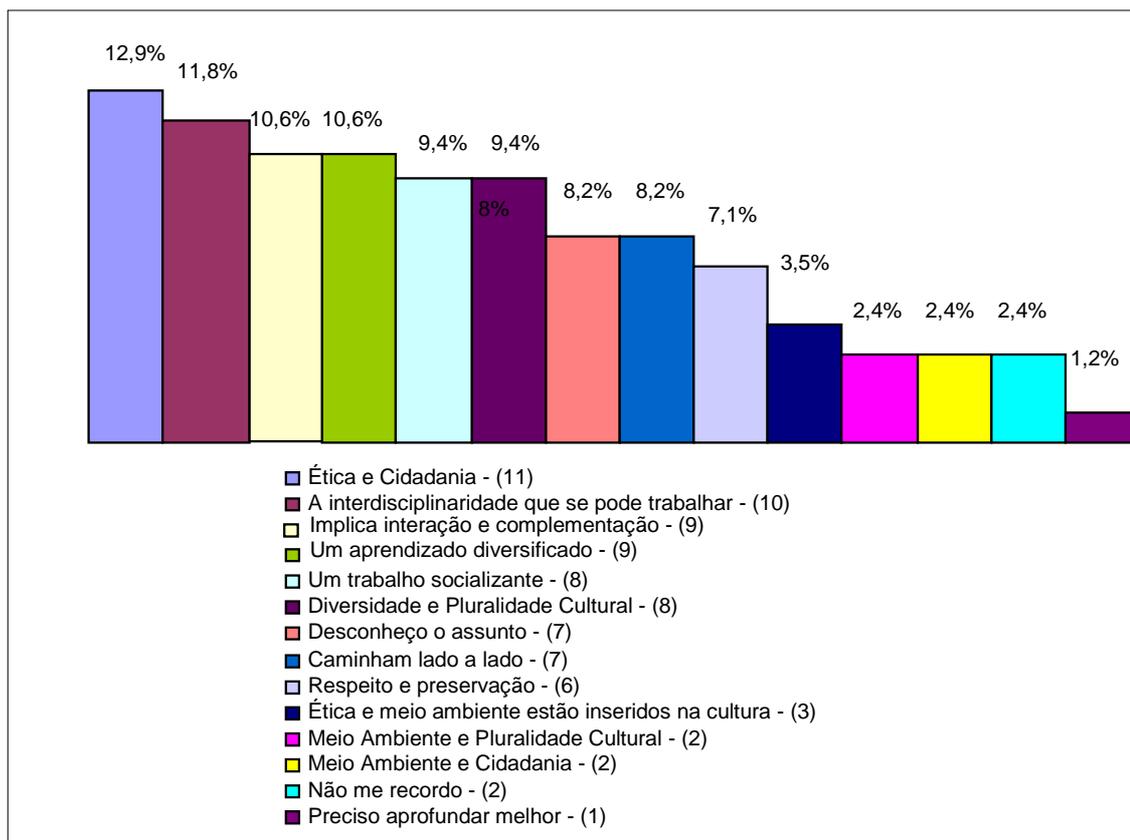
Fonte: Pesquisa de campo da autora (2007).

Pergunta feita aos educadores: Na sua escola há algum projeto ou atividade que trate do patrimônio? Qual?

Em termos de projetos que estejam em sintonia com o patrimônio cultural anapolino, observa-se, a partir desse gráfico, que o projeto “O centenário de Anápolis” tem uma relevância significativa. Outro projeto, este mais ligado à cidadania plena, “Preservando a Escola e seus bens Materiais” está sendo desenvolvido em 10 escolas. A partir desses, outros menos relevantes também estão em curso, demonstrando que o renascer de uma tomada de posição em relação ao resgate de nossa cultura é uma realidade bem vinda o nosso espaço pedagógico. Vale destacar, que todos os projetos revelados pelos professores estão incluídos em seu contexto: cidadania, prosas, contos, momento cultural, entre outros, fazendo parte do abrangente patrimônio cultural que ora abordamos. A partir dessas

iniciativas pode-se afirmar que existe a construção, em ritmo acelerado, de uma memória educativa em nossa cidade. Mas, como foi salientado anteriormente, há de se procurar novas iniciativas nesta área, pois somente assim poderemos agir no sentido de diminuir a grande falta de informações que permeia neste campo.

Gráfico 5 - Respostas sobre a relação observada entre patrimônio cultural e os temas transversais pelos educadores das escolas públicas municipais de educação infantil e ensino fundamental de Anápolis – fevereiro – 2007.



Fonte: Pesquisa de campo da autora (2007).

Pergunta feita aos educadores: Que relação observa entre Patrimônio Cultural e Temas Transversais?

As questões éticas e resgate da cidadania estão entre as mais pertinentes na relação entre temas transversais e o patrimônio cultural, em seqüência, vêm a interdisciplinaridade que se pode trabalhar, depois surgem outros temas, como socialização, pluralidade cultural entre outros. O que se pode compreender, a partir disso, é que a temática dos Temas Transversais parece que começa a ser bem entendida por nossos professores, notadamente quando elegeram a Ética e a Cidadania como os mais próximos à abordagem de Patrimônio Cultural. Consideramos isso importante porque demonstra que o Patrimônio Cultural não é somente algo ligado ao valor histórico, ou noções de estética e

arte, mas referenda uma assertiva voltada à difusão de valores éticos e respeito à cidadania, demonstrando que tal patrimônio se estabelece, a partir de um contexto histórico, no individual ou coletivo de um povo, que tem a ver com o modo de vida das pessoas e com os valores fundamentais que regem as relações sociais.

Tabela 9 - Tipos de material de apoio e recursos considerados importantes para atender o trabalho pedagógico com o tema patrimônio cultural pelos professores das escolas públicas municipais de educação infantil e ensino fundamental de Anápolis – fevereiro – 2007.

MATERIAIS	NÚMERO DE RESPOSTAS	
	ABSOLUTAS	%
Material de referência e consulta (revistas, jornais, livros, apostilas, dicionários, boletins informativos, enciclopédias, manuais, monografias)	37	42,53
Material audiovisual (filmadora, aparelho de som, televisor, retroprojektor, vídeo, fitas, CDS, fotos, gravuras, slides, transparências, documentários).		
Capacitação do corpo docente (encontros pedagógicos, palestras, cursos, seminários, debates)	10	11,76
Recursos Infra-estrutura	1	1,18
Atividades extra-classe (oficinas, excursões, visitas orientadas, feiras, exposições)	20	23,53
Recursos financeiros		
Necessitam colaboração de profissionais e especialistas nesta temática.	13	15,29
Não respondeu	4	4,71
Total	85	100

Fonte: Pesquisa de campo da autora (2007).

Pergunta feita aos educadores: Para desenvolver um trabalho pedagógico com o tema Patrimônio Cultural nas escolas de Ensino Fundamental do município, que material de apoio e recursos considera importantes a fim de atendê-lo(a)?

Apurados os dados, observa-se que no primeiro item agruparam-se os dois itens de maior destaque, considerados condicionantes como apoio didático no processo ensino-aprendizagem do tema, sendo eles divididos em material de referência e consulta e material audiovisual.

O primeiro deles inclui os recursos: revistas, jornais, livros, apostilas, dicionários, boletins informativos, enciclopédias, manuais e monografias. O segundo inclui: filmadora, aparelho de som, televisor, retroprojektor, vídeo, fitas, cds, fotos, gravuras, slides transparências, documentários. Ambos atingindo um percentual de 42,53% dos entrevistados.

Tornam-se necessárias medidas que disponibilizem e facilitem o acesso destes recursos aos professores, que em sua maioria desconhecem os acervos com as fontes necessárias para subsidiarem suas aulas, tornando-as mais significativas à realidade dos alunos. Estes recursos didáticos contribuem para um melhor embasamento teórico e metodológico dos professores dando suporte para tratarem do assunto patrimônio cultural.

Em terceiro lugar, entram as atividades extra-classe, como oficinas, excursões, visitas orientadas, feiras e exposições; associadas a estas atividades entram também os recursos financeiros, ambas tiveram um percentual de 23,53%, segundo análises dos dados. Tais atividades ajudam no processo ensino-aprendizagem de forma prazerosa, e ainda ampliam os conhecimentos curriculares.

A colocação feita em cima da necessidade da colaboração de profissionais e especialistas nesta área do patrimônio ocupa o quarto lugar, com um percentual de 15,29% dos entrevistados. Ficando em quinto lugar, mas associado ao mesmo grau de importância, com 11,76% das opiniões dos professores entrevistados, a capacitação do corpo docente, envolvendo: encontros pedagógicos, palestras, cursos, seminários e debates.

Apesar de mostrarem-se interessados em capacitarem, enriquecendo seus conhecimentos, os professores sentem-se de certa forma presos e condicionados à vontades externas a unidade escolar, melhor dizendo, de um apoio organizado de forma hierárquica, sendo sustentado por órgãos maiores, seja em nível municipal, estadual ou federal.

Neste sentido, considerando o educador um profissional comprometido e preocupado com o desenvolvimento de uma educação vinculada às questões sociais, em especial, com o Patrimônio Cultural da comunidade, visando a despertar no aluno o respeito e o valor por este patrimônio étnico-cultural, é que se faz necessária a capacitação com estudos, palestras, seminários e oficinas por meio da Educação Patrimonial, envolvendo a participação de especialistas e profissionais da área.

A capacitação docente é essencial para que os educadores se percebam como aprendizes, sintam-se verdadeiramente alfabetizados culturalmente, a fim de lerem o mundo e ensinarem tais leituras aos seus alunos, leitura esta que preze valores pelas raízes culturais que fazem parte da nossa história.

Nas análises, a questão da infra-estrutura, apesar de ter sido pouco representativa, com um percentual de 1,18%, também foi lembrada como recurso necessário para a prática pedagógica envolvendo o patrimônio.

Outras entrevistas importantes

Pela abrangente valorização tabulada nos dados levantados pelos professores referendando como patrimônio cultural o museu, considerou-se relevante uma entrevista com o seu diretor, também presidente do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural de Anápolis, o historiador Jairo Alves Leite, que por meio de uma conversa informal, contribuiu significativamente com algumas perguntas a ele dirigida.

Perguntou-se: Qual é a relação do museu com a escola?

“No meu ponto de vista, baseando-me na experiência à frente do Museu Histórico Alderico Borges de Carvalho nestes dois anos e três meses em que estamos procurando dar ênfase às atividades de ação educativa direcionada ao público escolar, é foco particular de nossa atenção, visitas de alunos através de dois projetos, o ‘Museu História Viva’ recebendo alunos da primeira fase do ensino fundamental e o ‘Passeio Cultural’, que em parceria com a Galeria de Artes atende alunos da segunda fase do ensino fundamental. Sob nossa orientação, trabalhamos educação patrimonial, história local e regional”.

Percebemos que ações coletivas entre o museu e escola propiciam aos alunos experiências diferenciadas de aprendizagem daquelas que tradicionalmente são usadas em sala de aula, o contato com objetos, o modo de apresentação do tema, e a interatividade possibilitam espaços inovadores e estimulantes, favorecendo novas relações de aprendizagem para o aluno.

De quê você sente falta nesta relação?

“A motivação e principalmente uma preparação prévia por parte do professor (a) do ensino regular que acompanha os alunos ao museu. O conhecimento das atividades do museu é fundamental para a construção de projetos em parcerias”.

O que poderia ser melhorado?

“O professor do ensino regular deve preparar-se para a discussão com os alunos no que se refere ao papel pedagógico antes, durante e após a atividade no museu”.

O que você pensa da educação patrimonial?

“É um processo sistemático de trabalho educacional podendo ser trabalhada como fonte primária de conhecimento do indivíduo e da coletividade. A Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo de conhecimento e valorização da herança cultural, melhorando o uso destes bens, proporcionando a geração e produção de novos conhecimentos, fortalecendo sentimentos de identidade e cidadania”.

